Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Notícias Gerais

Período de Análise: 01/02/2016 a 29/02/2016

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Modernização na tramitação de documentos. Tássia Navarro. Site do MDA. 02/02/2016. 6

'Se mexer na aposentadoria do campo, haverá revolta', alerta MST. Tatiana Carlotti. Carta Maior. 03/02/2016. 7

Território forte, agricultura desenvolvida. Mateus Zimmemann. Site do MDA. 03/02/2016. 11

Assentamento catarinense aposta na criação de suínos ao ar livre. Site do MDA. 05/02/2016. 13

Temperatura e chuva nos últimos meses favorecem a produção de leite. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 10/02/2016. 14

Oficina debate normativa sobre a Pequena Agroindústria do Leite. Sire do MDS. 11/02/2016. 15

Consulta pública sobre normas para pequenas agroindústrias de leite vai até a próxima 5ª-feira (18). Priscilla Mendes. Site do MAPA. 12/02/2016. 16

Nova geração de bioinseticida contra Aedes aegypti está em fase final de produção. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 15/02/2016. 17

Cresce a participação nos colegiados territoriais. Site do MDA. 15/02/2016..... 19

Brasil rural: mais igual e justo. Mateus Zimmermann. Site do MDA. 15/02/2016.... 21

Desenvolvimento agrário em debate. Juliana Reis. Site do MDA. 16/02/2016..... 22

Fiscais fazem operação nacional para combater fraude em pescados. Viviane Novaes. Site do MAPA. 16/02/2016. 22

Um em cada quatro indígenas latino-americanos vive na pobreza. Carta Capital. 16/02/2016. 24

Ministra recebe presidente da Cotrijal e confirma presença na Expodireto. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 16/02/2016. 25

Ministra e prefeito de Uberaba discutem projetos agrícolas para o município. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 17/02/2016. 25

Cenário da armazenagem é discutido em reunião no Paraná. Site da CONAB. 17/02/2016. 26

Indígenas e MPF suspendem o céu no Pará. Felipe Milanez. Carta Capital. 18/02/2016. 26

Água para Todos entrega 159 mil tecnologias sociais de apoio à produção. Site do MDA. 18/02/2016..... 30

Na Bahia, Sem Terra ocupam prefeitura em defesa do Rio Utinga. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 18/02/2016. 31

Camponesas serão as mais afetadas na proposta de reforma da Previdência, afirma ativista. Júlia Dolce. Site do MST. 19/02/2016. 32

Agenda climática não pode ser "polarizada", aponta especialista. Daniela Chiaretti. Valor Econômico. 19/02/2016. 34

Laboratório do Mapa recebe amostras de peixes sob suspeita de fraude. Viviane Novaes. Site do MAPA. 19/02/2016. 35

Governo aumentará produção de bioinseticida da Embrapa contra Aedes. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 19/02/2016. 36

Mapa comemora nesta 4ª-feira (24) 100 anos do Serviço de Inspeção Federal. Site do MAPA. 22/02/2016. 37

Mineiro presidirá conselho nacional de secretários da Agricultura. Fernando Lopes. Site do MAPA. 22/02/2016. 37

Principais reivindicações do Setor Florestal de produtos não madeireiros são apontadas pela CNA. Site da CNA. 22/02/2016. 38

Câmara Setorial do Arroz entrega pedido de apoio à atingidos por enchentes. Site da CNA. 22/02/2016. 39

Açafrão da região de Mara Rosa, em Goiás, é o primeiro do país com indicação geográfica. João Carlos Rodrigues. Site da CNA. 22/02/2016. 40

Governo federal distribui sementes para agricultores familiares. Site do MDS. 22/02/2016. 41

Jovens debatem prioridades para o campo. Tássia Navarro. Site do MDA. 22/02/2016. 42

Fique ligado no Sintonia Rural. Adolfo Brito. Site do MDA. 22/02/2016. 42

Pela sucessão no campo. Juliana Reis. Site do MDA. 23/02/2016. 43

Pela sucessão no campo. Albino Oliveira. Site do MDS. 23/02/2016. 45

Federações do Tocantins reivindicam soluções para o tráfego de cargas na Capital. Site da CNA. 23/02/2016. 47

Confiabilidade do SIF projetou agropecuária brasileira no mundo, diz ministra. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 24/02/2016. 48

Veja a íntegra do discurso da ministra durante homenagem aos 100 anos do SIF. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 24/02/2016. 50

Emissão de rótulo de produto de origem animal será mais rápida. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 24/02/2016. 52

Corte profundo no orçamento do seguro. Cristiano Zaia. Valor Econômico. 24/02/2016. 53

Chuva em excesso e entressafra elevam preços de hortaliças. Camila Souza Ramos. Valor Econômico. 24/02/2016. 54

RORAIMA: Conab doa alimentos para famílias vítimas da estiagem. Site da CONAB. 24/02/2016. 54

Produtos de origem vegetal vão ganhar selo de inspeção federal. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 24/02/2016. 55

Bibliotecas rurais beneficiarão cerca de duas mil famílias. Tássia Navarro. Site do MDA. 24/02/2016. 56

PNUD comemora 50 anos. Adolfo Brito. Site do MDA. 24/02/2016. 57

Juventude rural define prioridades para construção do Plano Nacional. Tássia Navarro. Site do MDA. 25/02/2016. 59

Jovem tem mais apoio para permanecer no campo. Adolfo Brito. Site do MDA. 25/02/2016. 60

Governo federal aprimora investimentos do PAA. Site do MDS. 25/02/2016. 62

Senado aprova fim da obrigação da Petrobras para explorar todos os blocos do pré-sal. Site do MST. 25/02/2016. 63

Ministra anuncia primeiro zoneamento de risco climático para Roraima. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 25/02/2016. 64

Fiscais agropecuários se emocionam durante comemoração dos 100 anos do Serviço de Inspeção Federal. Fernanda Tallarico. Site do MAPA. 25/02/2016. 65

Adesão ao CAR será condição para acesso ao Crédito Rural a partir de 2017. Site da CNA. 25/02/2016. 67

Corte de verba afetará Conab. Cristiano Zaia. Valor Econômico. 25/02/2016. 69

Mato Grosso do Sul: Conab doa cestas de alimentos para indígenas. Site da CONAB. 25/02/2016. 70

Abertas consultas públicas para mudança nas normas de pequenas agroindústrias de mel e ovos. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 25/02/2016. 70

Mais chuvas sobre os canaviais. Fabiana Batista. Valor Econômico. 26/02/2016. 71

Mais chuvas sobre os canaviais. Fabiana Batista. Site do MAPA. 26/02/2016. 72

Conab destina mais 977 toneladas de arroz para a Faixa de Gaza. Site da CONAB. 26/02/2016. 74

Sistema CNA/SENAR quer inovar o setor sindical rural. Site da CNA. 26/02/2016. 74

O Rio Doce azedou. Frei Beto. Carta Maior. 28/02/2016. 75

Seca deve prejudicar nova safra de café conilon do ES. Alda do Amaral Rocha. Valor Econômico. 29/02/2016. 77

Risco de chuvas no período de colheita do arábica. Alda do Amaral Rocha. Valor Econômico. 29/02/2016. 79

MPF apura aumento de sacrifícios de equinos infectados com mormo. Cristiano Zaia. Valor Econômico. 29/02/2016..... 80

MPF investiga o sacrifício de cavalos. Cristiano Zaia. Site do MAPA. 29/02/2016... 81

Rede pública consome 2,4 mil toneladas no PR. Martha Funke. Valor Econômico. 29/02/2016. 82

Construindo o Indicador de Gestão Social para os Territórios. Site do MDA. 29/02/2016. 83

Modernização na tramitação de documentos. Tássia Navarro. Site do MDA. 02/02/2016.

Preocupado com a eficiência da gestão e economia dos cofres públicos o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) aderiu ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O sistema é uma ferramenta de gestão de documentos eletrônicos com práticas inovadoras de trabalho, interface intuitiva e orientada ao aumento da produtividade, arquitetura de software bem definida e compatibilidade com diversos ambientes operacionais.

O subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MDA, José Roberto de Oliveira Martins, salienta que a ferramenta vai proporcionar modernização administrativa. “Vai facilitar a tramitação de processos, inclusive das delegacias federais do ministério que estão distribuídas pelos estados. Esse sistema também vai nos dar economia de papel, de impressão, entre outros”, ressalta.

A assessora da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Cristiane Basques, destaca que aproximadamente 136 órgãos já participam do processo de adesão ao sistema, que envolve a fase exploratória do SEI e a fase de implantação da ferramenta. Desse total, 53 já estão na fase de implantação e 20 já usam o instrumento.

Usuário do sistema desde março de 2015, o MPOG já conseguiu garantir economias. “Entre 2014 e 2015, tivemos um ganho de quase R$ 2,5 milhões com a utilização dessa ferramenta. Reduzimos custos com papel, impressão e materiais de escritório utilizados para formação do processo físico”, afirma Cristiane.

Capacitação de pessoal

De acordo com José Roberto, até o final de fevereiro, o MDA passa pela fase de teste, e até o fim de julho, termina o processo de implantação do sistema. “Já formamos o Grupo de Trabalho para implantação do SEI no ministério e, agora, já estamos trabalhando o projeto piloto e demos início a alguns treinamentos”, explica o subsecretário.

São três fases no processo de capacitação do sistema: SEI usar; SEI implantar e SEI administrar. Conforme Cristiane a fase “usar” é voltada para os servidores que vão mexer no sistema. A “administrar” é voltada para aqueles que vão tratar da parametrização do sistema, ou seja, colocar as espécies documentais, os grandes temas, a parte de fluxo. E o “SEI implantar” é voltado para a área de Tecnologia da Informação, a equipe que vai instalar o sistema e fazer a parte mais técnica. “Agora estamos trabalhando um curso à

distância, que vai atender um público maior e, principalmente, aqueles que não estão sediados em Brasília. Temos vídeos explicativos e um manual passo a passo de como utilizar o sistema. Toda essa documentação está disponível no **Portal de Software Público Brasileiro**", informa.

SEI

A implantação do SEI é uma das ações do Processo Eletrônico Nacional (PEN). O sistema, criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), garante práticas inovadoras de trabalho, principalmente, na movimentação de processos e na visualização simultânea de documentos por várias unidades administrativas. Com ele é possível que o acesso a determinada informação seja feito ao mesmo tempo em vários locais onde há funcionamento de um órgão. Proporciona ganho de produtividade com a rápida entrega de documentação e tem fácil operacionalização com ícones de simples interpretação.

'Se mexer na aposentadoria do campo, haverá revolta', alerta MST. Tatiana Carlotti. Carta Maior. 03/02/2016.

Crítico à política de ajuste fiscal, adotada pelo governo, Stédile destacou que a Previdência Rural é um fator de justiça social no Brasil.

Em coletiva de imprensa, no Sindicato dos Jornalistas, nesta terça-feira (02.02), João Paulo Rodrigues e João Pedro Stédile, lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentaram a Carta de Caruaru, que reúne as perspectivas do movimento neste 2016. E passaram o recado:

"Se inventar de mexer na aposentadoria do campo, haverá revoltas populares em todos os municípios brasileiros contra as mudanças e contra o governo. E mais: o governo não é dono da Previdência. A Previdência é do povo brasileiro, portanto quem deve discutir a previdência é a sociedade".

Crítico à política de ajuste fiscal, adotada pelo governo, Stédile destacou que a Previdência Rural é um fator de justiça social no Brasil. "Talvez seja um dos únicos benefícios que os trabalhadores rurais recebam ao longo da vida. E o governo agora quer mexer na idade mínima de aposentadoria. "

Além da Carta de Caruaru, resultado do último encontro da coordenação do MST que reuniu 400 dirigentes, eles também apresentaram a Carta à Presidenta Dilma Rousseff,

que elenca uma série de compromissos "pendentes" e não firmados, desde o encontro do movimento com a chefe de Estado, em dezembro de 2014.

Entre os pontos reivindicados: a prioridade no assentamento de mais de cem mil famílias que hoje se encontram acampadas no país.

Cortes no Orçamento

João Paulo Rodrigues destacou que, embora tenha havido assentamentos ao longo do ano, a presidenta Dilma não assinou sequer um decreto de desapropriação de terra para a reforma agrária. "A desapropriação é o melhor instrumento de combater a concentração de terra no país, porque tira [a terra] do latifúndio e passa para as mãos dos trabalhadores", explicou.

Citando as reivindicações da Carta, Stédile avaliou 2015 como um ano perdido: "o governo não fez nada. O Seu Levy cortou 60% do orçamento da Reforma Agrária". Mas, ele também elogiou algumas medidas, como o aceno de que o governo fará o reajuste – corrigido pela inflação – dos valores do Imposto Territorial Rural (ITR). Metade do tributo é destinado ao Incra, a outra metade vai para as prefeituras. Há sete anos, porém, o imposto pago pelos proprietários de terra não sofria reajuste.

Em 2015, o ITR, pago pelos fazendeiros sobre a propriedade de 300 milhões de hectares, chegou a R$ 800 milhões no último ano. "Em geral, um bairro aqui em São Paulo paga R$ 1 bilhão de IPTU. Os fazendeiros pagam R$ 800 milhões pela propriedade de 300 milhões de hectares. Isso não dá nem uma Coca-Cola por hectare ao ano", comparou.

Lula e Dilma

A tentativa de impeachment da presidenta Dilma e a campanha midiática contra o ex-presidente Lula entraram na pauta. "O MST não compactua com a ideia de impeachment", salientou Rodrigues, defendendo o processo democrático e constitucional no país. Ele afirmou que o movimento vai às ruas para defender o mandato da presidenta e, também, para questionar o governo e pressionar pela Reforma Agrária.

Em sua fala, Stédile deu exemplos do "linchamento midiático" contra o ex-presidente Lula. "O verdadeiro objetivo da burguesia brasileira não é prender o Lula. Ninguém sabe quais seriam as reações do povão [se isso acontecesse]. Eles estão tentando desmoralizá-lo aos olhos da massa desinformada para impedir a sua candidatura em 2018".

Ele frisou que todos os ex-presidentes da República têm apartamentos muito mais luxuosos do que o apartamento do ex-presidente petista. "Ninguém fala do apartamento

do Fernando Henrique", apontou, lembrando também da fazenda do tucano. "Como um senador que nunca viu um pé de melancia compra [uma fazenda de] 1.200 hectares?".
Na época, lembrou Stédile, a Odebrecht construiu uma pista de pouso, "onde pode descer Boeing", próxima à fazenda do ex-presidente tucano. "Está lá a pista, nem aeroporto é".

Venda de terras a estrangeiros

Na Carta à Presidenta Dilma, o MST alerta sobre alguns projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, exigindo um posicionamento da chefe de Estado. Entre eles, o projeto que visa alterar a lei que regula a venda de terras para estrangeiros no Brasil. "Não só o MST, mas todos os movimentos do campo, somos frontalmente contrários a qualquer alteração da atual lei".
Hoje, explicou Stédile, a lei limita a aquisição de terras estrangeiras em dois parâmetros: "em termos de volume, não deveria ser mais de 1.500 hectares por fazenda; e limita, também, em 25% da área total de um município". Os ruralistas pressionam por mudanças, afirmando que desde a publicitação do parecer da Advocacia Geral da União (AGU), que implementou esses limites, os investimentos estrangeiros frearam.
No exterior, explicou Stédile, "existe um volume muito grande de capital financeiro especulativo, na forma de dinheiro, que as empresas querem transformar em patrimônio para se proteger da crise. Eles correm para a América Latina para transformar isso em terra, usinas, minérios... Em terras, eles não conseguiram avançar depois do parecer da AGU".
Apontando as "traquinagens" do capital estrangeiro para burlar a lei brasileira, o líder do MST citou o exemplo do Estado de São Paulo, dando nome e sobrenome: "Cargill, Bunge, ADM, Dreyfus e Shell". Stédile contou que durante o boom do etanol, no segundo mandato Lula, "o capital estrangeiro saiu pelo estado paulista comprando usinas".

Burlando a lei

"Mas, eles não mudavam o registro lá no Incra. No Incra, a usina é ainda do `Junqueira Meirelles sei lá o quê´, enquanto o acionista principal é uma multinacional. No cadastro da usina, ela tem 50 mil hectares e é dona de metade do município. Como não se atualiza [o cadastro] e eles são ´acionistas majoritários´, essa é maneira deles burlarem a lei. A terra não está no nome deles, mas no nome da usina. Eles são donos da usina", detalhou.

Citando o exemplo da Bunge, maior empresa sucroalcooleira de São Paulo e do Brasil, Stédile lembrou que a empresa tem um ex-ministro do Fernando Henrique como presidente: Pedro Parente. “A burguesia joga bem com seus peões”, avaliou. “A Bunge tem milhares de hectares, mas ela não aparece como proprietária de terra. Ela é dona de, no mínimo, umas 30 usinas em São Paulo.”

Segundo Stédile, mesmo com essa “malandragem”, os ruralistas “sub-colonizados e pau-mandados do capital”, enviaram por meio de sua bancada no Congresso, a bancada ruralista, um projeto para a Câmara dos Deputados que libera a compra de qualquer quantidade de terra por estrangeiros, derrubando o parecer da União e a lei. “Esse projeto está em curso no Congresso”, alertou.

“Estatal chinesa tem direito a ter terra e o sem terra brasileiro não tem?”

Ele relatou que, em novembro de 2015, a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), representando o setor dos ruralistas, chamou uma reunião no governo para discutir o tema. “Foram todos os ministérios envolvidos do governo, Exército, MDA, Agricultura etc. E pasmem: dentro do governo houve divisão. A AGU continuou com a sua posição, o MDA claro também foi contra; e do outro lado, está a Kátia Abreu”.

Segundo o líder do MST, o que desequilibrou as forças governistas na reunião foi a posição das Forças Armadas, frontalmente contrárias à mudanças na atual legislação. “O Exército é contra o projeto dos ruralistas. Nós vamos rezar todas as noites um Pai Nosso para que pelo menos o Exército brasileiro defenda a nossa soberania”, ironizou.

A ministra Kátia Abreu chegou, inclusive, a apresentar uma contraproposta: a liberação da compra de terras aos estrangeiros em até 250 mil hectares. “Haja paciência, eles acham que a gente tem sangue de barata”, comentou Stédile, citando o exemplo do latifúndio improdutivo em São Lourenço do Sul (RS), que se encontra nas mãos de uma estatal chinesa. “Então, uma estatal chinesa tem direito a ter terra e o sem-terra brasileiro não tem?”

“Espero, honestamente, que as Forças Armadas brasileiras nos ajude porque isso fere, de fato, a soberania nacional”, concluiu.

Um ano de luta

Neste 2016, quando se completam duas décadas de massacre do Eldorado dos Carajás, os líderes do MST garantiram: as mobilizações e ocupações de latifúndio improdutivos vão

se intensificar. “Nós vamos nos mexer. Nossa expectativa neste ano é voltarmos a ter um Abril Vermelho”, afirmou Stédile.

As jornadas do MST se iniciam em 8 de março com a marcha das mulheres camponesas. Durante os meses de março e abril, o movimento vai se dedicar a ocupações de latifúndios improdutivos. O Movimento também programa o retorno das marchas em todas as capitais do país até o 1° de Maio.

Território forte, agricultura desenvolvida. Mateus Zimmemann. Site do MDA. 03/02/2016.

Patrus participa de encontro de colegiado do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul

A fim de aproximar ainda mais as políticas públicas das comunidades rurais e conhecer o trabalho desenvolvido na Zona Sul do Rio Grande do Sul, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, se reuniu nesta quarta-feira (3) com membros do colegiado territorial da região. O encontro, que faz parte da ação ‘Territórios em Foco’, ocorreu nas instalações do Centro de Capacitação de Agricultores Familiares (Cecaf), na Estação Experimental Cascata da Embrapa Clima Temperado, em Pelotas (RS).

Ao reconhecer o território como importante local de encontro de diversas políticas públicas e ponto central para o MDA, Patrus salientou que é um espaço para maximizar ações e recursos, criando sinergias. “Nenhuma política pública, por mais importante que seja, dá conta sozinha. Por isso o território é importante”.

Durante as discussões, mulheres, jovens rurais, quilombolas, pescadores artesanais, entre outros participantes, tiveram a oportunidade de apresentar ao ministro os avanços e conquistas dos últimos anos. O grupo ainda entregou ao ministro novas demandas e desafios para o desenvolvimento da região.

“Os territórios são protagonistas para o desenvolvimento rural e para definição e defesa de políticas públicas. Hoje, tive a oportunidade de assistir diversos testemunhos do valor desta estratégia de desenvolvimento e tenho a certeza que precisamos desse protagonismo para produzir alimentos saudáveis e em quantidade, mas uma forma saudável, correta, preservando a natureza e a vida”.

Para Rita Surita, integrante da coordenação do colégio territorial, a diversidade da região e a articulação local são importantes para impulsionar o desenvolvimento regional. “Gostamos de ser reconhecidos como um território onde os agricultores familiares se organizam e produzem alimentos. A grande maioria dos municípios (que compõem o

território) tem uma dinâmica rural, onde a produção de alimentos tem grande diversidade e é a base da economia. Articular essa diversidade dentro do colegiado territorial é fundamental. Com essa organização temos a possibilidade de incentivar a produção com foco na agroecologia", destacou a liderança ao reconhecer o valor da articulação territorial para fomento e implementação de políticas públicas.

O secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Humberto de Oliveira, pontuou que a articulação social, empreendida no território Zona Sul, é uma das boas experiências de incentivo à agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária. "Nossa presença aqui valoriza a política territorial, valoriza as boas experiências de desenvolvimento local. Cada território tem sua singularidade, cada um com sua particularidade, e este aqui eu considero um dos melhores do Brasil, uma referência para nosso trabalho na secretaria". Humberto também saudou a participação das universidades no apoio ao desenvolvimento de colegiados com os Núcleos de Extensão e Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (Nedet).

Perfil do território

O território da cidadania Zona Sul, é composto por 25 municípios – destes 23 são municípios rurais. Ao todo, nestes municípios, existem mais de 32 mil unidades produtivas da agricultura familiar e estão implantantados 116 assentamentos da reforma agrária, que beneficiam 3.595 famílias com acesso à terra, ao crédito e com condição de produzir alimentos saudáveis.

No território, existem 44 comunidades quilombolas, onde vivem mais de três mil famílias, além de oito mil pescadores artesanais - que representam cerca de 60% dos pescadores do estado. O território é reconhecido regionalmente como um pólo diversificado de produção de alimentos e sementes com foco na agroecologia.

Territórios em Foco

Para direcionar melhor as políticas públicas para o meio rural, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) trabalha com o conceito de Territórios de Identidade. O território é formado por uma reunião de municípios que compartilham aspectos históricos, culturais, econômicos, geográficos, sociais comuns.

Dentro dos territórios, a sociedade civil e o poder público se organizam em colegiados, para monitorar a execução de políticas públicas para o campo. O ministro Patrus Ananias iniciou, em julho de 2015, uma série de viagens para conhecer de perto os resultados e desafios dessa estratégia importante para o desenvolvimento rural.

Nas atividades, estão visitas a espaços da agricultura familiar, assentamentos, acampamentos, quilombolas, colegiados e movimentos sociais. Em 2015, o ministro percorreu os territórios Sertão Central (CE), Vale do Itapecuru (MA), Norte (ES), Baia de Ilha Grande (RJ), Araguaia Xingu (MT) e Alto Sertão (SE).

Assentamento catarinense aposta na criação de suínos ao ar livre. Site do MDA. 05/02/2016.

Unidade demonstrativa incentiva sistema de criaçao de suínos ao ar livre em Calmon (SC)

A criação de suínos ao ar livre é uma alternativa econômica que assentados catarinenses têm apostado para diversificar a produção nas suas propriedades familiares. Para incentivar esse tipo de produção, que favorece o bem estar do animal e possui mercado em expansão, a equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em Calmon, no Planalto Norte Catarinense, implantou uma unidade demonstrativa do Sistema Intensivo de Suínos Criados ao Ar Livre (Siscal) no assentamento Putinga.

O sistema consiste em manter os animais em piquetes, com cobertura vegetal e cabanas, com maior área de circulação e exposição ao sol. A maior vantagem é o baixo custo inicial, mas a produtividade e lucratividade também podem superar o tradicional sistema de confinamento. "O Siscal é uma alternativa para quem vai ingressar na criação de suínos ou aumentar a sua produção e não dispõe de muitos recursos financeiros. No entanto, para que o sistema atenda aos seus objetivos, é preciso que o assentado respeite uma série de etapas e critérios que o fundamentam, enquanto sistema zootecnicamente eficiente, economicamente viável e ecologicamente adequado, por isso a necessidade da unidade demonstrativa", explica a veterinária Neiva Carneiro. A unidade implantada no município de Calmon, pela empresa de assistência técnica contratada pelo Incra, vai estimular o uso do sistema por outros agricultores assentados da região.

Sustentabilidade

A técnica, implantada na década de 80 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Santa Catarina, é uma porta de entrada para a criação agroecológica, que valoriza o bem estar animal. Zeferino Moretti, agricultor assentado no lote onde a unidade foi instalada, já comemora: "É só ver como as porcas estão tranquilas", revela. O sistema integra ainda a busca pela sustentabilidade do lote, viabilizando a associação da criação

animal com o cultivo de vegetais, minimizando ou mesmo eliminando o uso de insumos químicos.

Temperatura e chuva nos últimos meses favorecem a produção de leite. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 10/02/2016.

É o que mostra monitoramento realizado pela Embrapa

As temperaturas mais amenas e a maior quantidade de chuva registradas nos últimos três meses contribuem para a produção de leite nas principais bacias do país. Estudos do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite da Embrapa mostram que o produtor tem encontrado condições de tempo melhores para a atividade em comparação com o ano passado.

O pesquisador Samuel Oliveira monitorou dados meteorológicos do final de 2015 a janeiro deste ano e verificou condições mais favoráveis de temperatura e precipitação para a pecuária de leite.

Para Oliveira, este ano não deve se repetir a irregularidade climática observada nos últimos dois anos, com temperaturas muito elevadas e incidência de chuvas abaixo do normal em bacias leiteiras importantes como Araxá (MG), Poços de Caldas (MG), Foz do Iguaçu (PR), Chapecó (SC) e Passo Fundo (RS).

Estabilização

Algumas regiões registraram até cinco graus acima da média em outubro do ano passado. No entanto, para alegria dos produtores de leite, esse quadro está se revertendo: nos últimos três meses, houve estabilização do regime de chuvas.

“Com a regularização das precipitações no final em janeiro e fevereiro nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, houve redução do potencial de perda da produção leiteira por má formação de pastagens”, destaca a Embrapa.

O município de Juiz de Fora (MG), localizado numa das principais bacias leiteiras do país, já registra dados favoráveis à produção. Em janeiro deste ano, a temperatura média foi três graus menor do que no mesmo mês de 2015. O regime de chuvas também está próximo à média normal, com acúmulo de 1.500 milímetros de fevereiro de 2015 até os dias atuais.

"Tudo indica que não teremos no decorrer deste ano os problemas climáticos severos registrados nos dois últimos anos”, afirma Samuel Oliveira, que também destaca que a temperatura média em Goiânia (GO) caiu dois graus no mesmo período.

As perdas decorrentes das irregularidades térmicas, conforme o pesquisador, ocorreram mais em função do estresse térmico do que de problemas nas pastagens relativos à seca, pois hoje o uso da suplementação alimentar é cada vez maior.

"A pecuária de leite hoje não é mais tão dependente da pastagem, embora a influência seja ainda bem forte", ressalta Samuel Oliveira. "Não há um índice exato das perdas registradas no período. Para isso seria necessário consolidar os registros das fazendas, mas contatos com produtores apontam para reduções de até 20 a 30% na produção nos dias mais quentes."

Oficina debate normativa sobre a Pequena Agroindústria do Leite. Sire do MDS. 11/02/2016.

SEMINÁRIO

O agricultor mineiro Luciano Carvalho participa de debate no 'Seminário sobre a Instrução Normativa de Agroindústria de Pequeno Porte de Leite e Derivados'

O agricultor familiar da Serra da Canastra, em Minas Geras, Luciano Carvalho, deixou sua propriedade nesta quarta-feira de cinzas, 10/02, já a noitinha, e, de ônibus, seguiu rumo à Brasília, chegando ao seu destino no início desta quinta-feira (11). Ele não pôde cumprir sua rotina: cuidar das 40 vacas que cria com a família, ordenhar os 200 litros de leite e, assim, produzir 20 tradicionais queijos canastras. Tinha compromisso muito importante na capital federal. A tarefa nesses dias ficou por conta do filho.

Isso porque Luciano veio participar do 'Seminário sobre a Instrução Normativa de Agroindústria de Pequeno Porte de Leite e Derivados', realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Na abertura do evento, nesta quinta-feira (11), que contou com a **participação da sociedade civil organizada de todo o Brasil**, o secretário de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Onaur Ruano, deu o tom da importância do evento para a agricultura familiar brasileira.

"O objetivo é aperfeiçoar a proposta de Instrução Normativa, em fase de Consulta Pública, para que assegure a inclusão econômica das agroindústrias familiares", ressaltou Ruano, que destacou também a parceria do MDA com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), responsável pela publicação da **portaria nº 265, de**

17 de dezembro de 2015, que abre prazo de 60 dias para o recebimento de contribuições à Instrução Normativa.

Em sua fala, o secretário de Defesa Agropecuária (DAS/Mapa), Luis Eduardo Rangel, reforçou os laços de entendimento entre os dois ministérios. “Temos o desafio de construir políticas públicas que garantam a segurança alimentar e que, ao mesmo tempo, como nos ensina o MDA, sejam inclusivas”.

O queijeiro familiar Luciano Carvalho concorda com a importância da inclusão. “Somos da agricultura familiar e o nosso produto é muito mais que alimento, é também social, tradicional”, salientou.

O diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da SAF/MDA, Marcelo Piccin, chamou a atenção para a ausência de legislação específica, que diferencie as exigências de produção, conforme o porte da agroindústria de leite e derivados. Segundo ele, "o Brasil tem agricultores familiares produzindo leite e com capacidade de processá-lo, mas muitas vezes ficam à margem, impossibilitando, por exemplo, o acesso deles aos mercados públicos e institucionais como os programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae)”.

Consulta pública sobre normas para pequenas agroindústrias de leite vai até a próxima 5ª-feira (18). Priscilla Mendes. Site do MAPA. 12/02/2016.

Mudança visa dar segurança jurídica aos produtores e garantir sanidade dos produtos

Termina na próxima quinta-feira (18) o prazo para envio de sugestões ou comentários à proposta que altera normas de procedimentos, instalações e equipamentos exigidas de pequenas agroindústrias de leite e derivados. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) vai adequar a legislação atual para dar segurança jurídica aos pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, garantir a inocuidade dos produtos lácteos.

O Mapa editou uma proposta de Instrução Normativa (IN) para estabelecer os requisitos de equivalência ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) relativos a estrutura física, dependências e equipamentos desses estabelecimentos. O principal objetivo é reduzir cobranças incompatíveis com o tamanho da atividade das pequenas agroindústrias de leite e derivados. Hoje, grande parte desses agricultores desenvolve suas atividades informalmente porque as regras levam em conta apenas a realidade das agroindústrias de maior porte.

Em portaria publicada em 21 de dezembro de 2016, o Mapa estabeleceu 60 dias para consulta pública sobre a IN, prazo durante o qual pessoas, órgãos e entidades interessadas podem enviar sugestões ou comentários. Ao fim do período, a proposta do ministério poderá ser alterada de acordo com as necessidades apontadas pela sociedade.

Requisitos

A proposta do Mapa – que ainda poderá ser alterada após a consulta pública – define como pequena agroindústria de leite e derivados aquela que recebe no máximo 2 mil litros de leite por dia para processamento e tem área útil construída não superior 250 metros quadrados. Além disso, deve pertencer a agricultores familiares ou a produtores rurais e ser destinada exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal.

O texto da IN não abre mão rigor sanitário com os produtos e determina que os estabelecimentos tenham condições higiênico-sanitárias compatíveis com trabalhos de inspeção sanitária, manipulação de matérias-primas, elaboração de produtos e subprodutos e higienização. Traz ainda, de forma detalhada, exigências em relação às características físicas, condições de temperatura e ventilação e material a ser utilizado em paredes, tetos e pisos.

Ao mesmo tempo, flexibiliza algumas normas ao acabar, por exemplo, com a obrigatoriedade de câmaras frias e de laborátorios em alguns estabelecimentos e com a exigência de altura mínima do pé direito das instalações.

Nova geração de bioinseticida contra Aedes aegypti está em fase final de produção. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 15/02/2016.

O produto, desenvolvido pela Embrapa, pode ser adicionado à água onde a larva do mosquito se desenvolve

A Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia realiza os últimos testes toxicológicos da nova geração de um bioinseticida capaz de matar as larvas do mosquito *Aedes aegypti* – transmissor de dengue, febre Chikungunya e Zika - sem prejudicar a saúde das pessoas e dos animais domésticos. Chamado Inova-Bti, o produto foi desenvolvido em parceria com o Instituto Matogrossense do Algodão (IMA) e poderá ser um importante aliado na eliminação do inseto.

O Inova-Bti é um líquido que pode ser adicionado em qualquer lugar que acumule água ou tenha potencial para ser um criadouro do Aedes aegypti. Causa a morte apenas das

larvas e não do mosquito adulto e não é tóxico a pessoas nem a animais domésticos. Além disso, é de fácil aplicação e pode ser manuseado pela própria população.

Todos os testes laboratoriais e de eficácia já foram concluídos pela Embrapa. Mas, antes de ser comercializado, o produto precisa ser registrado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Este é o segundo inseticida biológico desenvolvido pela Embrapa com o objetivo de combater as larvas do mosquito. Desde 2005 está no mercado o Bt-horus - feito em parceria com a empresa Bthek Biotecnologia -, mas que não é produzido em larga escala no país.

A pesquisadora na área de Controle Biológico da Embrapa, Rose Monnerat, explica que os dois larvicidas são biológicos, não afetam o meio-ambiente, nem colocam em risco a saúde humana. Porém, o novo produto, Inova-Bti, foi formulado com adjuvantes modernos de alta eficiência.

"A formulação é um pouco diferente do primeiro bioinseticida, mas ambos têm os mesmos princípios e são excelentes produtos", ressalta Monnerat. "Os testes toxicológicos do Inova-Bti estão em fase final e então submeteremos o dossiê com toda a documentação à Anvisa".

Na semana passada, a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) defendeu o uso de inseticidas biológicos no controle do Aedes aegypti e reforçou ações de combate ao vírus da Zika.

O Bt-horus já foi utilizado nas cidades de Três Lagoas (MS), São Sebastião (DF), Rio das Ostras (RJ) e Sorriso (MT), sempre com resultados positivos. Inseticidas à base da bactéria Bacillus thuringiensis israelenses (Bti) são utilizados há décadas em países como Estados Unidos.

De acordo com a pesquisadora, o Instituto Matogrossense do Algodão tem capacidade para produzir 1.600 litros de Inova-Bti por semana, tão logo seja concedido o registro. A recomendação é que cada família utilize um frasco de 30 ml. Por isso estima-se que cerca de 53 mil residências possam ser atendidas por semana. Com a crescente demanda pelo bioinseticida, há possiblidade de a produção ser duplicada em curto espaço de tempo, de acordo com a pesquisadora.

Cresce a participação nos colegiados territoriais. Site do MDA. 15/02/2016.

O ano de 2015 registrou resultados que consolidam o processo de participação social nos Territórios Rurais. Nesse período, houve a criação de 74 novos Comitês de jovens, mulheres e povos de comunidades tradicionais nos Colegiados Territoriais, em todo o Brasil. Os Comitês são espaços de discussão formais, vinculados aos Colegiados Territoriais, que tem por objetivo incentivar a participação popular na definição de ações que atendam demandas específicas, mas podem ser incorporadas pelo Colegiado como demanda coletiva do Território Rural. Esse crescimento foi identificado pelo Departamento de Inclusão Socioprodutiva da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (Disop/SDT), ao finalizar o relatório de 2015 sobre os projetos de infraestrutura e serviços encaminhados à Secretaria para o Orçamento de 2015, executado pela SDT/MDA. Conforme explica o secretário do Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, a presença dos comitês no interior dos Colegiados Territoriais é importante porque eles incentivam o protagonismo, a participação e o controle social de mais pessoas nos Territórios Rurais. "Para nós, é motivo de comemoração identificar esse importante crescimento de 74 novos comitês em 2015", comemorou ao salientar que o objetivo é ampliar a presença de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais na gestão social dos territórios rurais, por serem grupos que historicamente sempre estiveram afastados das decisões sobre os investimentos e melhorias em suas comunidades.

Novos comitês

Em alguns casos, o crescimento desses comitês foi de mais de 100%. Até 2014, por exemplo, havia 23 Comitês de jovens constituídos nos Territórios Rurais, 61 comitês de mulheres e 13 de Povos e Comunidades Tradicionais. Durante o ano de 2015, foram criados 26 novos comitês de jovens (um crescimento de 113%), 29 novos comitês de mulheres (um crescimento de 48%, em relação a 2014) e outros 19 comitês de Povos e Comunidades Tradicionais, um importante crescimento de 146%, em relação ao que havia em 2014. Atualmente, existem 49 comitês de jovens, 90 comitês de mulheres e 32 comitês de Povos e comunidades tradicionais nos 241 Territórios Rurais.

Inclusão produtiva para todos

O levantamento da Disop mostrou que a possibilidade de incrementar os recursos por conta dos comitês foi positiva e ampliou a participação social. "A comunidade reunida no Colegiado Territorial ganha por dois aspectos: pela maior diversidade na representação e, também, pela abrangência das demandas, pois, a ampliação do valor potencializou os investimentos nos Territórios", explica o diretor da Disop, Danilo Campos. Ele realça que embora o comitê apresente demandas específicas, essas propostas tornam-se projetos com benefício para todos. "As demandas específicas que vem dos comitês, na verdade, são propostas importantes para toda a coletividade. São projetos que promovem o desenvolvimento social e a inclusão produtiva não apenas dos jovens, mulheres e povos tradicionais, mas, beneficiam toda a comunidade", avalia.

Durante o ano de 2015, segundo Danilo, os Territórios Rurais com comitês de mulheres, jovens ou povos e comunidades tradicionais constituídos e participando do processo de definição das demandas, tiveram disponibilizados mais R$ 50 mil por comitê, o que poderia chegar a um incremento de mais R$ 150 mil ao valor total que era de R$ 250 mil por Território Rural.

O Disop também concluiu o levantamento das propostas encaminhadas e aprovadas para o ano de 2015, por Território. No total, foram encaminhadas e aprovadas 159 propostas, que vão beneficiar 134 Territórios.

Consórcios intermunicipais

Além dos comitês de jovens, mulheres e comunidades de povos tradicionais, o DISOP/SDT também promoveu o incentivo à constituição de consórcios públicos intermunicipais. Por meio dos consórcios, é possível que União, Estados e Municípios estabeleçam convênios de cooperação entre si, com a finalidade de executar de forma associada obras de infraestrutura que vários municípios daquele Território Rural. Quando o consórcio é o proponente do projeto é possível ampliar o valor do recurso e executar o investimento abrangendo várias prefeituras, superando os limites de execução do projeto somente dentro do município proponente. Casos típicos de investimento nesse modelo são os projetos de saneamento e abastecimento de água.

Brasil rural: mais igual e justo. Mateus Zimmermann. Site do MDA. 15/02/2016.

Palestra com Ricardo Paes de Barros, do Núcleo de Ciência para Educação, Cátedra Instituto Ayrton Senna no Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa

As políticas públicas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo governo federal auxiliaram, e muito, a redução da pobreza e mudaram o Brasil rural. Esta é a constatação de Ricardo Paes de Barros, do Núcleo de Ciência para Educação - Cátedra Instituto Ayrton Senna no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). “Em dez anos, a extrema pobreza rural saiu de 30% para chegar em 12% em 2014. Isso significa uma redução de mais de 41%, no total da população extremamente pobre no meio rural”, destacou o pesquisador ao apresentar os números para a direção do MDA, nesta segunda-feira (15), em Brasília.

Ainda segundo o pesquisador do Insper, a redução do número de moradores pobres no meio rural também foi interessante. “Em comparação com a queda acentuada da extrema pobreza, o número de pobres também caiu, mas com uma intensidade menor, ainda assim muito relevante, com quase 30% de redução”.

Ao tomar conhecimento dos números, o ministro Patrus Ananias, saudou os bons resultados. “Além de garantirmos a efetividade da aplicação das políticas públicas, no MDA, também temos a preocupação em refletir sobre a melhoria dessas políticas. Neste sentido, o debate desta tarde foi salutar”, destacou o titular do Desenvolvimento Agrário.

Sobre a concentração da pobreza rural, os números apresentados por Barros para a direção do MDA, indicam que 91% dos extremamente pobres no meio rural estão concentrados no norte e nordeste, sendo 75% no nordeste e quase 50% nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. Na outra ponta, na questão da redução da pobreza, o destaque fica por conta da melhoria de vida dos agricultores familiares do Piauí, que conseguiram ampliar a renda em todas as faixas da pobreza.

Ampliação de renda

Ao pontuar o avanço da renda dos mais pobres no meio rural, o pesquisador do Insper aponta um crescimento de 74% na renda entre 2004 e 2014, passando de R$ 309 para R$ 539 na média. Sendo que boa parte deste incremento na renda, cerca de 44%, está relacionada com a melhoria da remuneração do trabalho ocupado que passou de uma média de R$ 453 em 2004 para R$ 707, dez anos depois.

Na avaliação de Barros, é inegável a importância de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, no processo de redução da pobreza rural, mas as políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de garantia de comercialização também contribuem para esse cenário. “O Bolsa Família tem papel ativo, mas quando associado a políticas, como o Pronaf e o PAA, tem resultados muito mais efetivos, pois articula a transferência de renda com a inclusão produtiva”, avaliou ao pontuar que o grande desafio, agora, com o ajuste fiscal, é garantir a inclusão produtiva dos 10% mais pobres do meio rural.

Desenvolvimento agrário em debate. Juliana Reis. Site do MDA. 16/02/2016.

A agricultura familiar e a reforma agrária foram temas de reunião entre o ministro Patrus Ananias e membros do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores, nesta terça-feira (16), na Câmara dos Deputados. Durante a conversa, Patrus ponderou os avanços e desafios do setor no último ano e trouxe algumas das agendas prioritárias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para 2016. Entre as pautas debatidas, destacaram-se reforma agrária, assistência técnica, comercialização e produção de alimentos saudáveis.

Patrus aproveitou o momento para destacar a importância de trazer temas importantes para o debate político. “Estamos trabalhando em duas frentes, tanto para cumprir bem o nosso dever relativo à aplicação das políticas públicas e ao desenvolvimento da agricultura familiar e reforma agrária, como também para discutir um pouco o país, criar espaços de contraposição. A questão da reforma agrária, da função social da terra, da agroecologia e muitas outras”, enumerou.

Para os participantes, o encontro foi uma ótima oportunidade para reforçar o diálogo entre os poderes e alinhar prioridades. O ministro reforçou, mais uma vez, sua disponibilizade para conversar com o poder público e os movimentos sociais para dar continuidade e aperfeiçoar as políticas públicas para o meio rural.

Fiscais fazem operação nacional para combater fraude em pescados. Viviane Novaes. Site do MAPA. 16/02/2016.

Coleta em supermercados antecede período da Semana Santa

Fiscais federais e agentes de inspeção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) fizeram uma fiscalização em pescados no comércio em vários estados brasileiros, nesta terça-feira (16), com objetivo de detectar possíveis fraudes. Vinte e oito servidores coletaram, em supermercados, amostras de peixes embalados para verificar se o produto correspondia, de fato, ao que estava sendo oferecido. Ou seja, se a espécie informada no rótulo era realmente a que estava dentro da embalagem. A operação foi programada para este período que antecede a Semana Santa, quando há um aumento do consumo de pescados no país.

Segundo os fiscais, o bacalhau costuma ser um dos peixes mais fraudados. No lugar dele, o consumidor pode estar comprando outras espécies como saith e ling. “Outro exemplo é com o linguado, que pode se passar por merluza, panga, solha e alabote. O consumidor acaba pagando caro por um produto inferior”, diz o fiscal federal agropecuário Paulo Humberto de Lima Araújo.

Durante a operação, foram coletadas amostras de peixes importados ou com Selo de Inspeção Federal (SIF)) ou o selo estadual que faz parte do SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal ou Vegetal). O alvo da coleta foram produtos na forma de cortes (filés, postas, pedaços etc). Essa é a maneira mais utilizada na prática da fraude por substituição de espécies de pescado. Os servidores coletaram amostras que, pela aparência, são suspeitas.

A fiscalização foi feita no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pará. As amostras coletadas serão levadas, esta semana, para o Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Goiânia, do Ministério da Agricultura. Lá, os técnicos vão fazer o DNA do peixe, o que pode comprovar ou não a fraude. O resultado deve sair daqui a um mês. Portanto, antes da Semana Santa.

Se a fraude for comprovada, as empresas fornecedoras de pescados ao comércio podem receber multa de cerca R$ 15 mil. A maior punição que elas podem receber, diz Paulo Humberto, são medidas como a determinação de que os produtos em estoque e que continuam sendo processados só saiam delas depois da análise de um fiscal federal agropecuário.

Durante esse processo, acrescenta o fiscal agropecuário, as câmaras frias são lacradas e só podem ser abertas para a vistoria oficial. “Além disso, as empresas somente podem retornar ao sistema regular de inspeção depois de comprovar que implantaram todas as

medidas corretivas em seus planos de autocontrole, com a finalidade de garantir a rastreabilidade do produto em toda a cadeia produtiva e após a avaliação minuciosa de todo o estoque de produtos", assinala Paulo Humberto.

Um em cada quatro indígenas latino-americanos vive na pobreza. Carta Capital. 16/02/2016.

Estudo do Banco Mundial revela que povos indígenas não se beneficiaram de avanços recentes da região

Um em cada quatro indígenas latino-americanos ainda vive na pobreza, apesar dos enormes progressos na região na última década em matéria de desenvolvimento e combate à pobreza, denuncia um estudo do Banco Mundial (BM) divulgado na segunda-feira 15.

O relatório *América Latina Indígena no século XXI*, a entidade ressaltou que os indígenas representam cerca de 8% da população total, mas são 14% dos cidadãos que vivem na pobreza, e não menos do que 17% das pessoas em situação de pobreza extrema.

"Pela primeira vez na história da América Latina, há mais pessoas vivendo na classe média do que na pobreza", mas "os povos indígenas não beneficiaram na mesma medida que o resto da população. Esta situação é inaceitável", declara Jorge Familiar, vice-presidente do Banco Mundial para a região, em uma entrevista coletiva.

Familiar disse que, de acordo com o estudo do banco, a proporção de famílias indígenas que vivem na pobreza é o dobro das famílias não indígenas na região latino-americana.

"Se quisermos atingir os nossos objetivos de redução da pobreza e impulsionar a prosperidade compartilhada, precisamos combater a discriminação e a exclusão para que todos os latino-americanos tenham as mesmas oportunidades de ter uma vida melhor", ressalta Familiar.

O estudo do Banco Mundial surpreende ao constatar que quase metade (49%) de toda a população indígena latino-americana vive em áreas urbanas. Desse total, a maioria absoluta é relegada a favelas, onde muitas vezes enfrentam a pobreza extrema e vivem em áreas de risco, insalubres e poluídas.

A especialista Dianna Pizarro, especialista do BM em Desenvolvimento Social, apontou que a presença de comunidades indígenas em áreas urbanas pode ser explicada pela possibilidade de conseguir melhores empregos ou até mesmo pelo acesso à educação, "mas que vem acompanhado de uma grande perda cultural".

Nessas áreas urbanas, aponta o estudo, os povos indígenas estão envolvidos em trabalhos de baixa qualificação ou no setor informal e, portanto, sem benefícios sociais.

De acordo com Familiar, o Banco Mundial apresentou o estudo para apoiar "a visão de que a preservação da identidade cultural dessas comunidades não precisa ser contrária à criação de oportunidades e desenvolvimento". Cerca de 80% da população indígena da América Latina está concentrada no México, Peru, Guatemala e Bolívia, de acordo com a BM.

Ministra recebe presidente da Cotrijal e confirma presença na Expodireto. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 16/02/2016.

Feira agropecuária começará dia 7 de março, em Não-Me-Toque (RS)

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) confirmou presença na ExpodiretoCotrijal, na cidade gaúcha de Não-Me-Toque, em 7 de março. Ela recebeu o presidente da cooperativa Cotrijal, Ney Mânica, e destacou o crescimento da safra no Rio Grande do Sul.

Mânica comemorou o crescimento de 30,3% da cooperativa em 2015. Segundo ele, o setor agropecuário confia no potencial do país e dos produtores rurais. A Cotrijal alcançou faturamento de R$ 1,038 bilhão no ano passado e pretende chegar a R$ 1,3 bilhão em 2016.

Kátia Abreu afirmou que o Rio Grande do Sul e o Brasil têm vocação para produção de alimentos e podem trabalhar pela garantia da segurança alimentar no mundo.

“Estou muito impressionada com o interesse do mundo nos alimentos do Brasil, por ser um país com regularidade e potencial de crescimento de produção. Países como a Arábia Saudita e outros árabes querem clientes firmes e que ofereçam solução a médio e longo prazo”, afirmou a ministra.

Ministra e prefeito de Uberaba discutem projetos agrícolas para o município. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 17/02/2016.

Um dos temas da audiência foi o fortalecimento do Campo Experimental Getúlio Vargas

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) recebeu nesta quarta-feira (17) o prefeito de Uberaba, Paulo Piau, para discutir projetos de agricultura e pecuária para aquela região mineira. Eles trataram de medidas para fortalecer e modernizar o Campo Experimental Getúlio Vargas, uma fazenda voltada para pesquisa e

inovação que funciona em parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig). O centro, localizado em Uberaba, estuda principalmente as culturas de milho, algodão, soja, feijão, trigo e melhoramento genético do gado Gir leiteiro.

Cenário da armazenagem é discutido em reunião no Paraná. Site da CONAB. 17/02/2016.

Lideranças do setor de armazenagem estiveram reunidas nesta terça-feira (16), em Curitiba-PR, com a Associação Brasileira de Armazenagem (ABCAO) para discutir os novos rumos e estratégias de negócio para o setor, além de estabelecer o posicionamento das companhias dentro do cenário atual da agricultura brasileira.

O evento contou com a participação do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Lineu Olímpio de Souza, do presidente da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar), Silvestre Dimas Staniszewski, e do secretário da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, Norberto Ortigara, além dos presidentes e diretores das companhias oficiais de armazenagem.

Esta foi a primeira reunião ordinária da associação em 2016, quando foram tratados diversos pontos relativos à logística, armazenagem, parcerias público-privadas, gestão estratégica das unidades armazenadoras e o comportamento das empresas junto ao setor.

A próxima reunião já está marcada para o mês de abril, e será realizada em Brasília.

Indígenas e MPF suspendem o céu no Pará. Felipe Milanez. Carta Capital. 18/02/2016.

Pequenas grandes vitórias da luta indígena na Amazônia animam um ano que inicia difícil

Os povos indígenas alcançaram duas grandes vitórias no início deste ano que passaram quase despercebidas. Na região baixo Tapajós, entorno de Santarém (PA), uma nova "fronteira" de exploração econômica tem se revelado, a partir das mobilizações populares, um verdadeiro centro de resistência política e ecológica da Amazônia.

A primeira vitória foi a anulação de uma sentença de primeira instância contra os indígenas, pelo Tribunal Regional Federal (TRF1); e, concomitantemente, uma outra sentença de primeira instância pôs fim à prática do Estado de se recusar a prestar

atendimento de saúde aos indígenas. Duas vitórias jurídicas contra racismos praticados tanto pelo governo, no atendimento à saúde, quanto pelo Judiciário, no que toca a regularização fundiária.

A situação havia começado a se reverter, no final de 2015, quando a Funai publicou os estudos da Terra Indígena Cobra Grande, também na região, o primeiro passo no processo de reconhecimento e demarcação,também devido a intensa mobilização dos indígenas.

Primeira vitória: a sentença racista

No final de 2014, o juiz federal Airton Portella lavrou sentença na qual declarava inexistente a Terra Indígena (TI) Maró e, consequentemente, as comunidades indígenas que ali vivem, no rio Arapiuns. Como diria Frantz Fanon, a sentença era um ato racista perfeito numa sociedade racista, com a perfeita harmonia entre as relações econômicas (os interesses dos madeireiros) e a ideologia (a supremacia branca e do progresso).

O processo de onde saiu essa sentença era uma ação civil pública (ACP) do Ministério Público Federal (MPF) contra a morosidade da Funai na demarcação da TI Maró, na qual foi dada uma liminar favorável ao MPF.

O caso ganhou ares muito mais amplos com a inversão do objeto a partir da entrada na lide de associações contrárias aos indígenas. Com os mesmos advogados das madeireiras, essa outra ação pedia para extinguir o processo administrativo em trâmite na Funai para a demarcação da TI Maró, e que o juiz declarasse os indígenas como "eminentemente caboclos da região". Portella julgou as duas ações na mesma sentença.

O TRF1 extinguiu o processo das associações/madeireiros contra os indígenas (ou seja, não há mais discussão sobre esse tema) e mandou voltar à primeira instância a ACP que determina que a Funai demarque a terra. Portanto, foi dado provimento ao recurso do MPF e agora a Funai deve, sob pena de multa, demarcar a TI Maró dentro do prazo do decreto 1775/96.

A sentença de Portella foi publicada menos de duas semanas depois de uma grande operação de fiscalização que embargou a exploração madeireira na área da TI Maró, uma pressa que levantou suspeitas.

Além disso, os argumentos contra os direitos dos indígenas saíram de um "antropólogo" desfiliado da Associação Brasileira de Antropologia, Edward Mantonelli Luz. Tendo Luz como "eminência parda", sem citá-lo nominalmente, Portella inverteu o sentido de ideias para favorecer madeireiros. Até deturpou uma reportagem que publiquei em 2010, na*RollingStone*, na qual denunciava ameaças dos madeireiros a Odair Borari.

Luz vangloriou-se nas redes sociais de que seus argumentos foram utilizados pelo juiz. Imaginava que teria alcançado os objetivos de sua "missão": atacar o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro.

Viveiros de Castro foi alçado a "inimigo" dos anti-indígenas desde que falsas declarações suas foram inventadas pela revista *Veja* no famigerado texto "A farra da antropologia oportunista". Uma das estratégias, tanto de Luz quanto do juiz Portella, era contorcer a ideia de Viveiros de Castro segundo a qual "no Brasil todo mundo é índio; exceto quem não é", para algo como "não existe índio", ou "aqui todo mundo é caboclo".

Além de ganhar audiência ao atacar o reconhecido professor do Museu Nacional com resmungos racistas, a falácia serviu, por um breve momento, para os madeireiros.

Se tudo parecia perdido, com o céu encoberto esmagando a cabeça, os indígenas iniciaram a reação. Ocuparam o edifício da Justiça Federal em um amplo protesto, dançaram, cantaram e fizeram um poderoso ritual para trazer luz ao fim do túnel da justiça.

Por meio do procurador Luis de Camões Lima Boaventura, o MPF recorreu e, liminarmente foram suspensos os efeitos jurídicos da sentença — decisão tomada por um juiz que logo substituiu Portella (Portella era então juiz substituto).

A apelação assinada por Camões mostra os limites jurídicos da antropologia em dizer quem é ou não é o que quer que seja — como pleiteava Edward Luz. E a argumentação central é desenvolvida a partir da auto-declaração e do autorreconhecimento como princípio basilar o direito internacional no reconhecimento étnico.

Camões convidou Viveiros de Castro para fazer um parecer sobre o caso e acompanhar o recurso. No documento, Viveiros de Castro desenvolve um brilhante pensamento sobre a luta política dos povos indígenas no Brasil, atuando como um intelectual da "retaguarda", isto é, pensando a partir das mobilizações e das lutas, e fortalecendo a legitimidade das suas demandas.

E, de maneira sucinta, explica a dimensão deste embate específico no atual contexto da Amazônia, conforme abaixo:

Enfim, o real conflito, o geral conflito, o drama histórico maior que lateja no fundo (que digo? na superfície) desta causa "menor" em torno da TI Maró é aquele que assola a Amazônia hoje, e que confronta os povos e gentes da terra, a gente do rio e da floresta, do peixe e da mandioca, que luta para manter seu modo de vida tradicional, – sem prejuízo de serem atendidos pelos serviços públicos a que têm direito como cidadãos brasileiros, os quais sempre lhes foram, não obstante, negados –, a uma legião de sereias políticas, empresariais e midiáticas que lhes acenam com a miragem da "possibilidade

do desenvolvimento socioeconômico" (tomamos o eufemismo usado na sentença [p.25]) como constituindo a única forma pela qual estas comunidades ribeirinhas-caboclas-indígenas poderão se libertar do que as ditas sereias lhes apontam como sendo a miséria, ignorância, pobreza e sordidez em que estariam mergulhadas.

O que a história recente nos ensina, muito pelo contrário, é que a "possibilidade do desenvolvimento econômico" produz, quando ela passa ao ato – aceitando-se, por antífrase, que tudo o que enumeramos no parágrafo anterior possa ser chamado de "desenvolvimento econômico" –, a dissolução progressiva dessas comunidades tradicionais, sua extinção, o acaparamento de seus territórios por grandes empresas agroexportadoras e por grileiros e especuladores profissionais, com o consequente engrossamento da população pobre das periferias das cada vez maiores, mais caóticas e mais inviáveis cidades da Amazônia.

Segunda vitória: o racismo do governo

Outra vitória significativa na comarca de Santarém foi tornar obrigatório o atendimento de saúde das comunidades indígenas de 13 etnias da região. Desde 2001, quase seis mil indígenas reivindicavam o atendimento. O governo federal negava com base em fundamentos preconceituosos, que colocavam em xeque a identidade dos indígenas, e no fato de a terra não ter sido ainda homologada.

Dessa vez, a Justiça Federal deu um grande passo na interpretação justa da Constituição Federal. Ao contrário de Portella, Victor de Carvalho Saboya Albuquerque diz que a CF de 1988 colocou fim à postura que visava "aculturar" os indígenas, e escreve que "pelo critério do autorreconhecimento, indígena é aquele que se afirma como tal".

Para Albuquerque, a conduta do poder publico configura "omissão na prestação de serviço", sendo ilegal a recusa no atendimento à saúde indígena. A liminar estabeleceu o prazo de 48 horas para o início do atendimento.

Para Camões, do MPF, o interesse econômico dos madeireiros compromete o direito e a identidade de uma coletividade. Esse é sem dúvida um ponto crucial no aumento dos conflitos no País: "a mensagem daquela sentença era de que o interesse econômico teria que prevalecer sobre os direitos", disse.

São grandes vitórias, precedentes de resistências, e não casos isolados. Surgem em um momento onde os três poderes parecem estar unidos contra os povos indígenas.

Como me disse uma vez Ailton Krenak ao interpretar o mito da "queda do céu" dos Yanomami (veja aqui): "Eu não aceito o xeque-mate, fim do mundo ou fim da historia.

Esse momento difícil para mim é quando eu mais evoco esse pensamento: cantar, dançar e suspender o céu.”

Ao anular a sentença racista e obrigar o governo federal a atender sem preconceito, os indígenas do baixo Tapajós e do rio Arapiuns, junto do Ministério Público Federal, dançaram, cantaram e conseguiram suspender o céu!

Água para Todos entrega 159 mil tecnologias sociais de apoio à produção. Site do MDA. 18/02/2016.

ACESSO À ÁGUA

Acesso à água permite que agricultores familiares do Semiárido produzam mesmo nos períodos de estiagem

Brasília – O governo federal tem viabilizado às famílias do Semiárido acesso à água de qualidade para produção de alimentos. Mais de 159 mil tecnologias sociais de apoio à produção agrícola foram entregues na região desde 2011. São cisternas do tipo calçadão e de enxurrada, barragens subterrâneas e barreiros trincheira, entre outros modelos, que captam água da chuva e têm capacidade para armazenar no mínimo 52 mil litros.

“Estratégia fundamental para a convivência com a seca, a oferta crescente e contínua de tecnologias para a captação de água da chuva dá dignidade às famílias da região, porque proporciona autonomia a elas, além de melhores condições de saúde, com a garantia de água de qualidade”, avalia o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos.

O Programa Água para Todos, ação do governo federal que proporciona às famílias da região a possibilidade de produzir mesmo nos períodos de seca, no primeiro mês de 2016 entregou 1,5 mil tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos, o que corresponde a 50 por d

Água para consumo humano - Desde 2003, foram entregues 1,2 milhão de cisternas que garantem água para o consumo humano diário para as famílias residentes nas áreas rurais do semiárido. Com esses reservatórios, as famílias possuem água para cozinhar, beber e para a higiene pessoal. Juntas, o total de tecnologias entregues tem capacidade de armazenar aproximadamente 20 bilhões de litros de água.

Somente em janeiro deste ano, foram entregues 4,1 mil cisternas, uma média de 135 por dia. De 2011 até janeiro de 2016, foram entregues mais de 911 mil cisternas que armazenam água para o consumo diário das famílias, no Semiárido.

Água para Todos – É uma ação do governo federal, executada pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Integração Nacional, do Meio Ambiente, além da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Fundação Banco do Brasil, da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para promover o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente. As ações são executadas em parceria com organizações da sociedade civil, como a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC), Memorial Chico Mendes (MCM), governos estaduais e consórcio públicos municipais.

Na Bahia, Sem Terra ocupam prefeitura em defesa do Rio Utinga. Coletivo de Comunicação do MST na Bahia. Site do MST. 18/02/2016.

Os trabalhadores denunciaram as contradições do agronegócio e pautaram a necessidade de os órgãos competentes realizarem a revitalização do rio que banha a zona rural e urbana do município.

Na manhã dessa quarta-feira (17), cerca de 200 trabalhadores Sem Terra ocuparam a Prefeitura Municipal de Wagner, na Chapada Diamantina, apresentando uma pauta de reivindicação e rememorando os 21 anos de luta do MST na região.

A ocupação aconteceu após uma marcha realizada da entrada da cidade até o centro. No percurso os trabalhadores denunciaram as contradições do agronegócio e pautaram a necessidade de os órgãos competentes realizarem a revitalização do Rio Utinga, que banha a zona rural e urbana do município.

Na pauta de reivindicação é solicitada a realização de um diagnóstico sócio econômico e ambiental do Rio Utinga, assim como, a revitalização da bacia e sub bacia.

Também foi pautado a regularização do fornecimento de energia nos assentamentos, a construção de barragens e melhorias na estrutura das escolas do campo localizadas nas áreas.

De acordo com Wilson Pianissola, da direção estadual do MST, nestes 21 anos de luta do Movimento na região a marcha e a luta em defesa da Reforma Agrária sempre apontaram o caminho da emancipação dos sujeitos. “Mais uma vez queremos afirmar nosso compromisso de lutar por uma sociedade mais justa e fraterna, por isso é que nossa pauta de reivindicação diálogo com o todo da sociedade”, explicou.

Rio Utinga

Em Wagner, os camponeses produzem diversas culturas, com destaque à produção de banana através dos sistemas de irrigação.

Segundo os Sem Terra, o governo deu uma ordem de suspenção da irrigação, atingindo diretamente as famílias camponesas, que denunciam ainda, os grandes produtores da localidade, "pois estão represando a água do Rio e evitando que chegue nas comunidades rurais".

Cerca de 40 mil habitantes, no território da cidadania Piomonte Paraguaçu e Chapada Diamantina, utilizam a água do Rio para o consumo doméstico e produção de alimentos. A direção do MST na região, diz que as águas do Rio garantem a segurança alimentar e nutricional das famílias, compreendendo que o excedente daquilo que é produzido serve para abastecer várias feiras livres da região.

Negociação

Após ocupação no prédio da Prefeitura, foi agendada uma reunião com o prefeito do município para esta sexta-feira (19/02) e outra, com o prefeito de Utinga na quinta-feira (18/02).Em seguida, será realizada na próxima quinta (25/02) uma reunião com um representante da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), em Wagner.

Camponesas serão as mais afetadas na proposta de reforma da Previdência, afirma ativista. Júlia Dolce. Site do MST. 19/02/2016.

Prevista para ser entregue ao Congresso em abril, texto é criticado pelos movimentos rurais, centrais sindicais e economistas.

A presidenta Dilma Rousseff (PT) anunciou, na segunda-feira (16), que pretende entregar a nova proposta de reforma da Previdência ao Congresso até o mês de abril. Com muitas mudança previstas, o texto foi criticado pelos movimentos rurais, centrais sindicais e economistas.

Entre as linhas gerais que devem sofrer modificações com a nova proposta apresentada pelo governo durante o Fórum Nacional de Trabalho e Previdência estão: demografia e idade média das aposentadorias; financiamento da previdência social; diferença de regras entre homens e mulheres; pensões por morte; benefícios da previdência rural; regimes próprios de previdência e convergência dos sistemas previdenciários.

Os pontos que causaram maior divergência entre movimentos populares, sindicalistas e empresários são os que interferem em benefícios e especificidades de classe e gênero, como a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria, a paridade na idade de aposentadoria de homens e mulheres e o fim das condições especiais para trabalhadores rurais.

Gênero

Para o economista Guilherme Delgado, que foi coordenador da área previdenciária do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e integrou o Conselho Nacional de Previdência Social, esses pontos representam um retrocesso e requerem mudanças constitucionais. "Se você iguala a idade de aposentadoria você elimina a diferença entre homens e mulheres; e trabalhadores rurais e urbanos. Existem razões previdenciárias fortes para fazer essa diferenciação", explicou.

Hoje, os trabalhadores rurais possuem uma condição de segurado especial, uma vez que o trabalho agrícola é entendido como mais desgastante. Os trabalhadores do campo podem se aposentar aos 60 anos e a trabalhadoras aos 55, diferentemente das idades para trabalhadores urbanos – 65 e 60 anos, respectivamente.

A dirigente nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MST), Kelli Mafort, explica que a condição de segurado especial dos trabalhadores rurais é fruto de um processo de mobilização dos trabalhadores e organizações do campo. As mulheres camponesas, portanto, seriam as mais afetadas pela reforma na Previdência Social. A diferenciação entre gêneros na idade de aposentadoria, explica ela, é baseada, principalmente, na realidade de dupla jornada a qual as mulheres, principalmente as que fazem parte da base da pirâmide social, são submetidas.

"As mulheres do campo serão atingidas em cheio, nossos direitos seriam completamente descartados, assim como o reconhecimento da realidade da desigualdade de gênero pela lei. Enquanto essa situação não for alterada, os direitos das mulheres tem que ser garantidos pela legislação do país", destaca Kelli.

Hoje, as mulheres - por possuírem mais longevidade e se aposentarem mais cedo - representam praticamente 2/3 dos beneficiários da Previdência. Além disso, 99% dos benefícios da previdência rural são de salário mínimo. Por esse motivo, Delgado acredita que "o setor rural será duplamente castigado na reforma cogitada e para as trabalhadoras do campo a mudança seria devastadora".

Posição

A reforma da Previdência é justificada, segundo o governo federal, pela atual crise econômica mundial, além do aumento na expectativa de vida dos brasileiros. Entretanto, diversos movimentos sociais se opõem à essa solução e não acreditam que haja um "rombo" no setor. "A discussão tem que ter critérios 'ético-previdenciários'. Hoje, os fiscalistas estão mirando na Previdência Social para fazer cortes e economizar recursos e a questão demográfica está sendo usada como subterfúgio", disse Delgado.

Neste ano, além dos temas usuais, as mulheres do MST e da Via Campesina pretendem pautar a questão da reforma na Previdência na Jornada Nacional do Dia Internacional da Mulher, que acontece em 8 de março. "Nós vamos lutar para que as mulheres não percam o direito de seguradas especiais, especialmente as trabalhadoras rurais", declara Kelli.

Agenda climática não pode ser "polarizada", aponta especialista. Daniela Chiaretti. Valor Econômico. 19/02/2016.

O protagonismo brasileiro nas negociações internacionais climáticas, que se viu também na CoP-21, em dezembro, em Paris, não se traduz na agenda nacional. "Este é o nosso problema", disse o ex-deputado federal (PSDB-SP) Fabio Feldmann em seminário ontem na Fundação iFHC, em São Paulo. "Nosso desafio é como internalizar este tema nas políticas públicas e nos articularmos na federação."

O acordo climático entra agora em outra fase. Em 22 de abril, em cerimônia nas Nações Unidas, será aberta a temporada de assinaturas do acordo. Os países terão que ratificá-lo internamente. Entrará em vigor ao ser encampado por pelo menos 55 nações ou quando se alcançar 55% das emissões globais. No caso brasileiro, isso significa ratificá-lo no Congresso. "O esforço é impedir que esta agenda seja polarizada. Esta não pode ser uma questão entre governo e oposição, tem que ser uma questão nacional", seguiu Feldmann no evento: "Mudança climática: Paris foi um divisor de águas?"

O climatologista Carlos Nobre, hoje presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), lembrou que se trata de um desafio para o setor agrícola, responsável por 24% das emissões globais. "Há muito potencial para o setor tornar-se mais sustentável", afirmou. No Brasil esta equação passa por um modelo inovador, menos centralizado, com mais inovação no campo. "A boa notícia é que isso aumenta a produtividade, nossa agricultura não depende de aumentar área agrícola. Depende de o setor privado encampar a ideia."

A atual concentração de gases-estufa na atmosfera já leva o aquecimento global a 1,5°C neste século. A meta de limitar o aquecimento "bem abaixo de 2°C" e "mirando 1,5°C", segundo o texto do acordo, dependerá de se conseguir retirar os gases da atmosfera, disse Nobre. "Este 1,5 grau já está comprometido, mas a meta não é impossível", disse, mencionando desafios tecnológicos e financeiros. Os combustíveis fósseis recebem anualmente entre US$ 800 bilhões a US$ 1 trilhão em subsídios. "Com US$ 450 bilhões deslocados para energias renováveis, poderíamos gerar 50% da energia elétrica mundial em 2030 e 80% até 2050."

"É um acordo sensato, mas que tem que ser construído pelas decisões dos países", observou o cientista político Sérgio Abranches. Nobre acredita que os céticos do clima perderam seu discurso depois da CoP-21 e dos últimos avanços da ciência. "O debate, agora, será de desenvolvimento", disse.

Laboratório do Mapa recebe amostras de peixes sob suspeita de fraude. Viviane Novaes. Site do MAPA. 19/02/2016.

Resultados dos exames devem sair antes da Semana Santa

Cento e cinquenta e uma amostras de pescados suspeitos de fraude foram enviadas para a unidade de Goiânia do Laboratório Nacional de Agropecuária (Lanagro), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Na última terça-feira, 28 fiscais federais agropecuários e agentes de inspeção visitaram supermercados no Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Pará, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal.

Os fiscais e agentes coletaram peixes que costumam ser vendidos como se fossem espécies mais caras, como bacalhau do Porto, linguado, pescada e badejo. Os alvos foram produtos embalados, importados e nacionais que têm o Selo de Inspeção Federal (SIF) ou estaduais que tenham o SISBI (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal ou Vegetal).

As amostras vão passar por um teste de DNA em um equipamento especial do Lanagro de Goiânia. O resultado deve sair alguns dias antes da sexta-feira da Paixão.

Governo aumentará produção de bioinseticida da Embrapa contra Aedes. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 19/02/2016.

Anúncio foi feito pela ministra Kátia Abreu ao participar da campanha de combate ao mosquito em Goiânia

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) afirmou nesta sexta-feira (19) que o governo federal trabalha para aumentar a produção do inseticida biológico Bt-horus, desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O produto é capaz de matar as larvas do mosquito Aedes aegypti – transmissor de dengue, febre chikungunya e zika - sem prejudicar a saúde das pessoas e dos animais domésticos.

Kátia Abreu participou do Dia Nacional de Mobilização da Educação contra o Zika, em Goiânia, onde falou sobre o papel dos professores e dos alunos no combate ao inseto, na Escola Municipal Professora Maria Nosídia Palmeiras das Neves e no Colégio Estadual Francisco Maria Dantas.

Diferentemente dos inseticidas tóxicos, o Bt-hours não prejudica o ambiente, porque não é cumulativo ou poluente.

O governo, afirmou a ministra, vai acelerar a produção do produto, que ainda não é fabricado em escala industrial. Além disso, em caráter emergencial, outro biolarvicida com os mesmos princípios será importado dos Estados Unidos.

"A Embrapa produziu um larvicida orgânico, que mata a larva e impede o nascimento do mosquito. Estamos correndo com a produção. Como não teremos quantidade suficiente por enquanto, a presidente Dilma Rousseff mandou importar dos EUA", informou.

Por não ser tóxico, o larvicida poderá ser distribuído às crianças dentro das escolas, juntamente com um manual de instruções. Um frasco de 30 mililitros é suficiente para atender uma residência por dois meses. O Bt-horus é uma solução liquida que pode ser adicionada em qualquer lugar que acumule água ou tenha potencial para ser um criadouro do Aedes aegypti.

"Queremos entregar na mão desse exército mirim um frasco de 30 ml. Por ser de fácil aplicação e não fazer mal a saúde, a própria família utiliza", explicou.

A ministra ainda sugeriu às escolas que organizem oficinas para as crianças aprenderem a construir a mosquitoeira, espécie de "ratoeira" para o mosquito. Feita por uma garrafa pet cortada ao meio vedada por um tecido fino, o aparelho impede a passagem das larvas e evita a proliferação do inseto.

Mapa comemora nesta 4ª-feira (24) 100 anos do Serviço de Inspeção Federal. Site do MAPA. 22/02/2016.

Ministra Kátia Abreu presidiará a solenidade, no Palácio do Itamaraty

O centenário do SIF (Serviço de Inspeção Federal) será comemorado nesta quarta-feira (24), às 11h, no Palácio do Itamaraty. A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) presidirá a solenidade, que contará com a participação de senadores e deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), secretários do Mapa e os presidentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Lineu Olímpio de Souza.

Durante a cerimônia, haverá a apresentação de um vídeo sobre a importância do SIF na garantia da qualidade sanitária dos produtos de origem animal oferecidos aos brasileiros e a milhões de consumidores em todo o mundo. A ministra também fará a entrega de troféu e de diploma comemorativo aos 100 anos Serviço de Inspeção Federal. O SIF é um selo emitido pelo Ministério da Agricultura para produtos de origem animal.

Mineiro presidirá conselho nacional de secretários da Agricultura. Fernando Lopes. Site do MAPA. 22/02/2016.

O secretário da Agricultura de Minas Gerais, João Cruz, foi eleito na sexta-feira, por unanimidade, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Agricultura (Conseagri).

A eleição foi realizada na sexta-feira, em São Paulo. O mandato é de um ano. Christino Áureo, secretário da Agricultura do Rio de Janeiro, foi eleito vice-presidente do conselho, que "tem por objetivo unificar procedimentos adotados pelos Estados e, junto ao governo federal, tratar de assuntos relacionados às demandas do setor agropecuário e agrário do país".

Conforme informações divulgadas pelo governo mineiro, uma das metas de Cruz é dar mais visibilidade ao Conseagri. "Para tanto, será criado um website e uma ação de maior atuação nas redes sociais". Também nesse sentido, "o Conseagri está fazendo uma parceria de cooperação com a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer)".

Principais reivindicações do Setor Florestal de produtos não madeireiros são apontadas pela CNA. Site da CNA. 22/02/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceira com o Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/UFLA), está elaborando um estudo sobre o mercado florestal de produtos não madeireiros para levantar as principais reivindicações do setor. O resultado obtido vai servir de subsídio para formular propostas de inclusão das demandas dos principais produtos provenientes dos seguimentos de seringueira (borracha natural), pinus (resina) e acácia negra (tanino), no Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O questionário e a ideia de elaborar as propostas foram apresentados durante a 34ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural, realizada na quinta-feira (18/02), na sede do MAPA. De acordo com a assessora técnica da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da CNA, Camila Braga, o Plano Nacional deve incluir estratégias para desenvolvimento do setor de produtos não madeireiros. "Nosso objetivo é recolher o máximo de informação possível para mostrar ao Ministério que esse setor é significativo para o país", afirmou a assessora.

O questionário será enviado às principais instituições ligadas à produção silvicultural não madeireira, a exemplo da borracha natural, resina, tanino e látex. Dentre as perguntas que compõem o documento estão o principal destino dos produtos, organização dos produtores, seguro rural e mão de obra. "É um questionário para identificar o nível de importância e satisfação do setor florestal em cada tema abordado", explica Camila Braga.

A Câmara Setorial também discutiu a necessidade de atualização da Norma Reguladora 31, do Ministério do Trabalho e Emprego, que estabelece as normas de segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. A CNA pretende propor a revisão do texto ainda este ano, buscando melhor adequação da norma às rotinas de trabalho na área rural. A rigidez da norma em vigência vem causando preocupação do setor, devido à dificuldade no cumprimento de todos os seus itens. "A CNA participa ativamente das discussões sobre essa pauta e está preocupada com a situação dos agricultores e pecuaristas que vêm sofrendo com fiscalizações do Ministério do Trabalho e Previdência Social", disse o assessor jurídico da CNA, Eduardo Queiroz.

Além dos representantes da Embrapa, MAPA e de associações, também participaram da reunião José Manoel Monteiro de Castro da Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo (FAES) e o diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP) e presidente do Sindicato Rural de Parapuã, José João Auad Junior.

Câmara Setorial do Arroz entrega pedido de apoio à atingidos por enchentes. Site da CNA. 22/02/2016.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, André Nassar, recebeu das mãos do presidente da Câmara Setorial do Arroz do Mapa e diretor da FARSUL, Francisco Schardong, um documento elaborado pelas entidades do setor arrozeiro gaúcho que pede apoio da pasta aos produtores atingidos pelas enchentes do final do ano de 2015 no Estado, especialmente na Fronteira Oeste e Depressão Central. A entrega aconteceu na última sexta-feira, dia 19 de fevereiro, durante a 26ª Abertura Oficial da Colheita do Arroz, que acontece em Alegrete (RS).

Schardong ressalta que os pedidos não são de ressarcimento, mas sim de apoio do Governo Federal. “É um documento que pede um auxílio para as regiões do Estado que foram afetadas, mas que tem condições, por meio do manual de crédito rural, ter a sua compensação e, um tratamento diferenciado para a Depressão Central”, explica. Conforme o dirigente, a expectativa é de um retorno breve às demandas. “O secretário entendeu, porque ele esteve na região, está conhecendo o caso e prometeu dar uma solução imediata. Além da prorrogação dos pagamentos até outubro que é fundamental”, defende. O presidente da Federarroz, Henrique Dornelles, afirma que os prejuízos ultrapassaram os R$ 500 milhões. "Precisamos de uma linha de crédito para equalização e dar um pouco mais de segurança para os produtores duramente atingidos pelas enchentes", ressalta.

O documento foi elaborado em reunião da Câmara Setorial Nacional do Arroz, que também aconteceu em Alegrete, no dia anterior ao da entrega. No encontro, além da confecção do ofício, também foi tratada a redução da produção. Os dirigentes garantiram o abastecimento de arroz no Brasil, onde o consumo é estimado em 12 milhões de toneladas, e por isso não há a necessidade de importação do cereal. "A medida em que o Rio Grande do Sul foi atingido pelas enchentes e tivemos quebra significativa, se voltam ao Estado todas as atenções já que há um temor que faltará arroz no Brasil. Pudemos

verificar que não existe qualquer risco de desabastecimento e que teremos condições de atender este mercado", avalia Dornelles.

Schardong endossa e descarta a necessidade de importar o grão. “Nós estamos hoje com garantia de bancar o consumo do arroz brasileiro. Tanto a indústria, quanto o setor produtivo, estão cientes e conscientes de seu papel e, por isso, não existe a necessidade de precisar comprar de fora’, afirma.

Açafrão da região de Mara Rosa, em Goiás, é o primeiro do país com indicação geográfica. João Carlos Rodrigues. Site da CNA. 22/02/2016.

Expectativa de cooperativa local é que o selo de registro venha agregar valor ao condimento

A região do município de Mara Rosa é a primeira do estado de Goiás a ter indicação geográfica (IG) – selo conferido a produtos ou serviços característicos do seu local de origem, o que lhes atribui valor intrínseco, identidade própria, renome e os torna mais competitivos no mercado. Com apoio da Superintendência Federal de Agricultura de Goiás (SFA/GO), a Cooperativa dos Produtores de Açafrão de Mara Rosa (Cooperaçafrão) obteve o registro de IG, na modalidade de indicação de procedência, para o açafrão (Curcuma longa). O açafrão goiano é o primeiro do país a conseguir a IG.

“A expectativa é que o selo venha agregar valor ao nosso açafrão”, diz o presidente da entidade, Arlindo Simão Vaz, ao se referir ao registro concedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) no início deste mês. O desafio agora, acrescenta, é fazer parcerias para formar uma rede de distribuição capaz de levar o produto a supermercados e outros estabelecimentos comerciais. Hoje, o açafrão da região de Mara Rosa é vendido em pequenas embalagens apenas no comércio local.

O IG para o açafrão – planta usada como condimento na gastronomia e pela indústria farmacêutica – é o resultado de 10 anos de trabalho entre o Mapa, Cooperaçafrão, Emater, Universidade Federal de Goiás (UFG), Sebrae e governo de Goiás, assinala o fiscal agropecuário Rodrigo Batista de Paula, da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da SFA/GO. Ele e a agente de atendimento agropecuário Maria Aparecida Pereira da Silva cuidam da área de indicação geográfica do Mapa em Goiás.

Procedência

A área com a indicação de procedência do açafrão inclui, além de Mara Rosa, Estrela do Norte, Amaralina e Formoso. Os quatro municípios ficam no norte goiano, entre Uruaçu e Porangatu. “A gente espera que essa conquista também contribua para alavancar o desenvolvimento regional e sirva de estímulo para novos projetos de IG em Goiás”, observa Rodrigo.

A busca pelo registro de IG foi a forma encontrada pelos agricultores para proteger a procedência do açafrão produzido na região de Mara Rosa, destaca o presidente da Cooperaçafrão. Atualmente, acrescenta, cerca de 200 hectares são destinados ao cultivo da planta na área delimitada com indicação de procedência. Os 72 cooperados da entidade colheram em torno de 200 toneladas este ano.

De acordo com Rodrigo, a indicação geográfica só poderá ser utilizada pelos agricultores da região delimitada que sigam as normas técnicas de produção e beneficiamento estabelecidas no regulamento de uso. “Eles poderão exibir o selo no seu produto, evitando, assim, que outros produtores de açafrão não incluídos na área delimitada usem o nome geográfico irregularmente.”

Governo federal distribui sementes para agricultores familiares. Site do MDS. 22/02/2016.

PAA

Tereza Campello participa, nesta terça-feira (23), de evento no interior de Goiás para assinar contrato do PAA Sementes

Brasília – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, participa nesta terça-feira (23), em Vianópolis (GO), de ato de assinatura de contrato de compra e distribuição de sementes por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O governo federal investiu R$ 500 mil para a aquisição de 61,4 toneladas de sementes de milho, feijão e arroz.

O evento conta ainda com representantes do Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da prefeitura, do governo do estado e do Movimento Camponês Popular (MCP). Nele, ainda haverá assinatura de ordem bancária de projetos contemplados em edital Conab/BNDES, de projetos da modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA e inauguração de casas do Programa Nacional de Habitação Rural.

Jovens debatem prioridades para o campo. Tássia Navarro. Site do MDA. 22/02/2016.

A juventude rural de todo o Brasil se reunirá em Brasília, durante os dias 23, 24 e 25 de fevereiro para participar da 'Oficina de Diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural'. Organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o evento vai discutir as demandas dos jovens do campo e priorizar as propostas que integrarão o Plano.

O objetivo da oficina, segundo a assessora de juventude do MDA, Luiza Dulci, é promover um momento público de pactuação de demandas e expectativas sobre as ações do Plano para a juventude rural. "Queremos aprofundar o debate conceitual sobre o papel e o espaço da juventude nesse Brasil rural contemporâneo", explica.

Para Luiza, o encontro é importante para ampliar a discussão sobre a juventude rural. "Além disso, vai possibilitar a atualização das demandas e dos conceitos sobre essa juventude e pactuar as ações que devem compor o Plano", ressalta.

Na oficina, ocorrerão debates sobre os cinco eixos propostos para o Plano: Terra e Território; Trabalho e Renda; Educação do campo; Qualidade de vida; e Participação e Democracia.

No dia 23, o formato será de seminário para preparar os participantes para os debates dos dois dias de oficina de trabalho. Serão discutidas propostas já demandadas pela sociedade civil, colhidas das pautas dos movimentos sociais do campo, enviadas ao governo federal nos últimos cinco anos e, também, das etapas da 3ª Conferência Nacional de Juventude, realizada ao longo do 2º semestre de 2015.

Cerca de 90 pessoas, dentre jovens representantes das organizações nacionais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais, acadêmicos que estudam desenvolvimento rural e juventude e membros do governo, vão participar do evento.

Fique ligado no Sintonia Rural. Adolfo Brito. Site do MDA. 22/02/2016.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem um novo canal de comunicação com o agricultor familiar. É o programa Sintonia Rural, que irá ao ar, inédito, todas as terças e sextas-feiras, às 5h55. Nas segundas e quartas-feiras, o programa será reprisado no mesmo horário. O Sintonia Rural busca estabelecer contato com agricultores familiares

de todas as regiões do país. E, dessa forma, disponibilizar, informar e mobilizar sobre os serviços do MDA.

O programa abordará temas que contribuem para a promoção da agricultura familiar, com muito serviço e experiências de sucesso. Temas como: alimentação saudável, produção de orgânicos, como acessar as linhas de crédito, mutirões de documentação, a participação dos agricultores e agricultoras familiares nas Olimpíadas e outros assuntos de interesse, que poderão ser sugeridos pelos próprios agricultores. As dúvidas do meio rural também terão espaço. As perguntas vindas do campo serão respondidas por técnicos do MDA ou, inclusive, pelo próprio ministro Patrus Ananias.

A ideia é esclarecer dúvidas e levar informação aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, e todos os homens e mulheres do campo, águas e florestas. Tanto aqueles que já estão nos programas do MDA, como os que desejam fazer parte e usar os serviços oferecidos, como linhas de crédito e Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Como ouvir

O programa será distribuído para rádios de todo o país, por meio da Rádio Satélite da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC-Serviços). O conteúdo também pode ser baixado via internet. É só acessar conteúdo.ebcservicos.com.br, entrar em 'Serviço de rádio' e procurar pelo Sintonia Rural.

Cerca de seis mil rádios estão aptas a acessar o programa por meio desse sistema. O programa também vai estar disponível no Portal do MDA, na área Rádio MDA.

Pela sucessão no campo. Juliana Reis. Site do MDA. 23/02/2016.

Patrus participa da abertura da Oficina da Juventude, nesta terça-feira (23)

A criação de um plano de ações para a juventude rural é uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo. E para discutir e priorizar propostas que integrarão o documento final, o Ministério do Desenvolvimento Agrário promove a 'Oficina de Diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural'. A proposta é articular as políticas públicas, atualmente existentes no governo federal, e elaborar novas iniciativas que promovam qualidade de vida, acesso à terra, geração de trabalho e renda, além da efetivação de direitos, criando condições para permanência desses jovens no campo. A previsão é que o documento seja lançado junto com o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017.

Durante a abertura do evento, nesta terça-feira (23), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, destacou a necessidade de revalorizar a vida camponesa e desenvolver, cada vez mais, ações integradas com outros ministérios para melhorar a qualidade de vida no meio rural. “Criarmos condições para que as crianças e os jovens rurais permaneçam no campo são nossos grandes objetivos. Preservando seus vínculos e valores familiares; produzindo alimentos saudáveis para garantir a segurança alimentar e nutricional de toda a população brasileira; e contribuindo para que tenhamos equilíbrio entre uma agricultura produtiva de alimentos saudáveis e preservação do meio-ambiente”, frisou Patrus.

Jovens de 23 estados brasileiros participam da oficina. Entre eles, Dione Torquato, 28 anos, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), que veio de Manaus. Ele explica que o encontro é importante para criar um debate aprimorado e específico, capaz de abranger toda a diversidade da ruralidade brasileira. “Queremos construir um plano de juventude rural com pautas decisivas para os diversos Biomas do Brasil. No Norte, por exemplo, precisamos pensar o desenvolvimento econômico de forma mais estratégica, visando à sustentabilidade e a conservação”, pontuou.

A oficina segue até quinta-feira (25), com debates dos cinco eixos propostos para o Plano: Terra e Território; Trabalho e Renda; Educação do campo; Qualidade de vida; e Participação e Democracia. Aproximadamente 90 pessoas participam do evento, entre jovens representantes das organizações nacionais da agricultura familiar e da reforma agrária, professores - especialistas em juventude e desenvolvimento rural - e representantes do governo.

Também participaram da mesa de abertura: Luiza Dulci, assessora de Juventude do MDA; Gabriel Medina, secretário Nacional de Juventude; Hernan Chiriboga, representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil; e Germano de Barros, coordenador do Comitê Permanente de Juventude do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf).

Conquistas juventude

Ações para jovens rurais têm sido priorizadas em todas as áreas do MDA. Entre os avanços alcançados, no último ano, estão:

- Estruturação da Assessoria de Juventude Rural do MDA;
- Lançamento de chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específica da juventude, com investimento de R$ 110 milhões;

- Lançamento de edital da Fundação Banco do Brasil, junto ao BNDES, para apoio a cooperativas e associações de jovens, no valor de R$ 8 milhões - já finalizado, para apoiar 53 projetos;
- Assinatura do decreto que determina que o Crédito Fundiário passe a financiar imóveis objetos de partilha por herança, facilitando a compra de terras entre herdeiros;
- Compromisso de destinar 30% dos novos lotes de reforma agrária a jovens;
- Incentivo à organização da juventude nos territórios, por meio de edital do Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf), com destinação de recurso adicional de R$ 50 mil para aqueles que possuem Comitês de Juventude.

Pela sucessão no campo. Albino Oliveira. Site do MDS. 23/02/2016.

JUVENTUDE

A criação de um plano de ações para a juventude rural é uma demanda histórica dos movimentos sociais do campo. E para discutir e priorizar propostas que integrarão o documento final, o Ministério do Desenvolvimento Agrário promove a 'Oficina de Diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural'. A proposta é articular as políticas públicas, atualmente existentes no governo federal, e elaborar novas iniciativas que promovam qualidade de vida, acesso à terra, geração de trabalho e renda, além da efetivação de direitos, criando condições para permanência desses jovens no campo. A previsão é que o documento seja lançado junto com o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017.

Durante a abertura do evento, nesta terça-feira (23), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, destacou a necessidade de revalorizar a vida camponesa e desenvolver, cada vez mais, ações integradas com outros ministérios para melhorar a qualidade de vida no meio rural. "Criarmos condições para que as crianças e os jovens rurais permaneçam no campo são nossos grandes objetivos. Preservando seus vínculos e valores familiares; produzindo alimentos saudáveis para garantir a segurança alimentar e nutricional de toda a população brasileira; e contribuindo para que tenhamos equilíbrio entre uma agricultura produtiva de alimentos saudáveis e preservação do meio-ambiente", frisou Patrus.

Jovens de 23 estados brasileiros participam da oficina. Entre eles, Dione Torquato, 28 anos, do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), que veio de Manaus. Ele explica que o encontro é importante para criar um debate aprimorado e específico, capaz de abranger toda a diversidade da ruralidade brasileira. "Queremos construir um

plano de juventude rural com pautas decisivas para os diversos Biomas do Brasil. No Norte, por exemplo, precisamos pensar o desenvolvimento econômico de forma mais estratégica, visando à sustentabilidade e a conservação", pontuou.

A oficina segue até quinta-feira (25), com debates dos cinco eixos propostos para o Plano: Terra e Território; Trabalho e Renda; Educação do campo; Qualidade de vida; e Participação e Democracia. Aproximadamente 90 pessoas participam do evento, entre jovens representantes das organizações nacionais da agricultura familiar e da reforma agrária, professores - especialistas em juventude e desenvolvimento rural - e representantes do governo.

Também participaram da mesa de abertura: Luiza Dulci, assessora de Juventude do MDA; Gabriel Medina, secretário Nacional de Juventude; Hernan Chiriboga, representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil; e Germano de Barros, coordenador do Comitê Permanente de Juventude do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf).

Conquistas juventude

Ações para jovens rurais têm sido priorizadas em todas as áreas do MDA. Entre os avanços alcançados, no último ano, estão:

- Estruturação da Assessoria de Juventude Rural do MDA;
- Lançamento de chamada de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) específica da juventude, com investimento de R$ 110 milhões;
- Lançamento de edital da Fundação Banco do Brasil, junto ao BNDES, para apoio a cooperativas e associações de jovens, no valor de R$ 8 milhões - já finalizado, para apoiar 53 projetos;
- Assinatura do decreto que determina que o Crédito Fundiário passe a financiar imóveis objetos de partilha por herança, facilitando a compra de terras entre herdeiros;
- Compromisso de destinar 30% dos novos lotes de reforma agrária a jovens;

Incentivo à organização da juventude nos territórios, por meio de edital do Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf), com destinação de recurso adicional de R$ 50 mil para aqueles que possuem Comitês de Juventude

Federações do Tocantins reivindicam soluções para o tráfego de cargas na Capital. Site da CNA. 23/02/2016.

Federações do Tocantins reivindicam soluções para o tráfego de cargas na Capital Preocupado com um Decreto da Prefeitura de Palmas que proíbe o tráfego de caminhões nas ruas centrais da Capital, o presidente da Federação da Agricultura do Tocantins (FAET) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Tocantins (SENAR/TO), Paulo carneiro, acompanhado de outros representantes do setor produtivo do Tocantins, a exemplo da Fieto, Fecomércio e Acipa, se reuniram nesta segunda-feira (22/02), com o prefeito de Palmas, Carlos Amastha, para encontrarem um consenso sobre esta decisão da gestão municipal.

Os representantes das entidades solicitaram ao prefeito Carlos Amastha que fosse criado um "corredor de conexão" provisório, ou seja, um acesso alternativo para os caminhões de cargas pesadas, como grãos e insumos. A proposta é que os caminhões possam ter acesso a Palmas por meio da Av. NS 15, passando pelo Setor Santo Amaro, seguindo pela Região Norte até chegar a Ponte FHC, que dá acesso a Luzimangues e Paraíso.

Os demais caminhões de cargas urbanas serão normatizados por outro decreto, o qual já foi discutido e aceito pelos empresários locais e será publicado nesta terça-feira, 23 de fevereiro.

O prefeito Carlos Amastha explicou o motivo desta decisão e mostrou os impactos para o trânsito e para a infraestrutura do munícipio. Além disso, se colocou a disposição para outras possíveis alternativas e sinalizou positivamente sobre esta solução provisória. Mas como já havia declarado anteriormente, ele sugere que esta proposta das entidades passe por uma audiência pública com os moradores da região do trajeto e que a sinalização e benfeitorias nas vias não fique sob a responsabilidade da Prefeitura.

A comitiva solicitou ao Prefeito a prorrogação do prazo proposto para a publicação do decreto que versa sobre este assunto, ficando estendido para a próxima segunda-feira (29/02). Até este prazo, os representantes das entidades buscarão junto ao Governo Estadual discutir novas soluções para o impasse, tendo em vista que a proibição afetará todo o transporte de cargas do Estado.

Confiabilidade do SIF projetou agropecuária brasileira no mundo, diz ministra. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 24/02/2016.

Mapa prestou homenagem aos 100 anos do Serviço de Inspeção Federal

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento comemorou nesta quarta-feira (24) o centenário do Serviço de Inspeção Federal (SIF) em um evento no Palácio Itamaraty, em Brasília. A ministra Kátia Abreu afirmou que a confiabilidade no serviço prestado projetou o agronegócio brasileiro para o mundo.

O evento, promovido pelo Mapa, homenageou fiscais federais agropecuários que deram importantes contribuições para o serviço de inspeção ao longo dos anos e entregou o troféu comemorativo dos 100 anos do SIF aos estabelecimentos com registro mais antigo nas áreas de carne, pescado, ovos, leite e mel. O ministério ainda anunciou um conjunto de ações programadas para este ano em comemoração ao centenário.

"A confiabilidade adquirida pelo SIF, ao longo dos anos, permitiu a projeção dos produtos de origem animal brasileiros no mercado internacional, posicionando o país entre os principais exportadores mundiais e levando a produção de nossa pecuária a mais de 180 países", destacou a ministra.

O SIF é reconhecido pelo tradicional carimbo impresso nas embalagens dos produtos de origem animal inspecionados pelo Mapa. Foi criado em 1915, quando o governo instituiu o Serviço de Inspeção de Fábricas de Produtos Animais – momento em que o Brasil começava a estruturar um mecanismo de controle sanitário de produtos de origem animal no país.

Sob o comando do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Dipoa), o SIF atua hoje em 5.010 estabelecimentos brasileiros que realizam o comércio interestadual ou internacional de produtos de origem animal, nacionais e internacionais com corpo técnico de 2.587 servidores. O serviço está presente em todos os estados brasileiros e em cerca de 1.535 municípios, o que significa que há uma unidade do serviço de inspeção a cada quatro cidades.

Referência

Kátia Abreu afirmou que o SIF, um dos símbolos mais conhecidos do governo federal, realizou eficaz trabalho de medicina preventiva no país e se tornou referência nacional e internacionalmente.

“Protagonista nas diversas fases da história da inspeção de produtos de origem animal no país, o SIF foi capaz de se adaptar e evoluir, modernizando procedimentos para acompanhar o crescimento do parque industrial e tecnológico brasileiro, assim como as diferentes exigências impostas pelos países importadores”, discursou.

O secretário de Defesa Agropecuária, Luís Eduardo Rangel, afirmou que, por trás do conhecido carimbo do SIF, há um trabalho complexo que extrapola a defesa agropecuária e percorre outras áreas da produção. “Percorre os insumos, todo o processo de defesa e chega ao final da cadeia com a qualidade que a sociedade brasileira espera dos serviços públicos federais”, disse.

Desafios

A ministra falou sobre os desafios para os próximos anos do serviço de inspeção do Mapa e ressaltou a importância de se disseminar conhecimento e experiência com todos os componentes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Além do SIF, existem ainda os serviços de inspeção dos estados (SIE) e dos municípios (SIM).

“O SIF deve atuar como norteador dos serviços estaduais e municipais para que efetivamente tenhamos a estruturação de um mercado único brasileiro”, disse a ministra, acrescentando a necessidade de se incluir pequenos e médios produtores.

Anunciou a criação de um centro tecnológico de referência em pesquisa agropecuária, que funcionará juntamente com o Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Pedro Leopoldo (MG). “Vamos desenvolver metodologias específicas, voltadas para a sanidade dos animais e a inocuidade das planta s”, disse.

“A defesa agropecuária brasileira, que já é uma das melhores do mundo, agora precisa ser reconhecida por todo o mundo como tal”, enfatizou a ministra, que destacou também que o aumento da produção agropecuária deve necessariamente ser acompanhado por qualidade, ciência, inovação, pesquisa e competitividade.

Kátia Abreu afirmou ainda que, em maio de 2016, mais 14 estados brasileiros deverão ser reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livres de peste suína clássica. Ela espera que em 2017 o país seja também reconhecido como zona 100% livre de febre aftosa com vacinação.

Veja a íntegra do discurso da ministra durante homenagem aos 100 anos do SIF. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 24/02/2016.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) prestou uma homenagem aos 100 anos do Serviço de Inspeção Federal (SIF) durante solenidade promovida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nesta quarta-feira (24). O selo, emitido pela pasta, garante a qualidade sanitária dos produtos de origem animal oferecidos aos brasileiros e a milhões de consumidores em todo o mundo. Veja a íntegra do discurso da ministra:

"Em 1915, quando se criava o Serviço de Inspeção de Fábricas de Produtos Animais, subordinado ao Serviço de Indústria Pastoril, o Brasil iniciava o grande desafio de estruturar um mecanismo de controle sanitário de produtos de origem animal no país. Iniciava-se neste momento, junto ao então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, a história de um Serviço cujas ações representam um dos mais eficazes trabalhos de medicina preventiva do país, e que se tornou referência nacional e internacionalmente.

Protagonista nas diversas fases da história da inspeção de produtos de origem animal no país, o SIF foi capaz de se adaptar e evoluir, modernizando procedimentos para acompanhar o crescimento do parque industrial e tecnológico brasileiro, assim como as diferentes exigências impostas pelos países importadores. Nem todas elas verdadeiras.

Sob o comando do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), o SIF atua hoje em 5.010 estabelecimentos brasileiros que realizam o comércio interestadual ou internacional de produtos de origem animal, nacionais e internacionais. São 5.010 estabelecimentos apenas com o SIF. Fora ainda os que do SIE e SIM, que são nos estados e municípios. Este é o tamanho do nosso parque industrial na área de proteína animal. Possui em seu corpo técnico 2.587 servidores, entre fiscais e agentes de inspeção, distribuídos nos mais distantes rincões deste país. O SIF está presente em todos os Estados brasileiros e em cerca de 1.535 municípios, o que significa que há uma unidade do serviço de inspeção a cada quatro municípios no país. E o total de servidores do Ministério da Agricultura é maior que 11 mil servidores a serviço deste grande negócio.

Reconhecido por meio do tradicional carimbo aposto nas embalagens dos produtos de origem animal inspecionados, o SIF é presença constante à mesa dos consumidores brasileiros, sendo umas das marcas mais conhecidas do governo federal.

A confiabilidade adquirida pelo SIF ao longo dos anos permitiu a projeção dos produtos de origem animal brasileiros no mercado internacional, posicionando o país entre os principais exportadores mundiais e levando a produção de nossa pecuária a mais de 180 países.

Devemos refletir sobre os principais desafios que se vislumbram no horizonte. A expansão do Brasil como potência exportadora de proteína animal, em busca de novos mercados e da consolidação dos já existentes, além da crescente exigência de produtos mais seguros e de qualidade do mercado interno.

Apesar da expressividade apresentada pelo Brasil no mercado internacional, aproximadamente 79% da produção de carne bovina em 2014 foi direcionada ao mercado interno, aos brasileiros. De acordo com as estimativas do relatório de projeções do agronegócio para 2024/2025, esta situação seguirá acontecendo nos próximos anos. O mercado interno será o destino predominante dos produtos cárneos, com estimativa de recebimento de 64,5% de toda produção de carne de frango, 82,8% da carne suína e 74,6% da produção da carne bovina. Então os brasileiros são os nossos grandes consumidores.

Todo o trabalho desenvolvido por servidores e dirigentes ao longo deste centenário contribuiu para que o país fosse uma referência na produção e exportação de carnes bovina e de aves, que possibilitaram o constante crescimento e fortalecimento do agronegócio brasileiro. Foram vários nomes, alguns dos quais serão homenageados hoje, com muita justiça, representando todos os demais, aos quais expresso minha admiração e respeito pela contribuição na construção da história deste Serviço.

São pessoas que não trabalharam apenas como Inspetores Federais Médicos Veterinários dedicados, mas com genuína paixão pelo serviço que desempenhavam, construindo no dia a dia de sua rotina de trabalho junto aos estabelecimentos, às fábricas a sólida base que hoje alicerça o trabalho do Serviço de Inspeção Federal.

Vale destacar a importância de disseminação do conhecimento e da experiência adquirida pelo Serviço de Inspeção Federal à todos os componentes do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, com o SIF atuando como norteador dos Serviços de Inspeção Estaduais e Municipais para que efetivamente tenhamos a estruturação de um mercado único brasileiro, um sistema único da agricultura.

Não é mais possível pensar em um Sistema Nacional de Inspeção de Produtos de Origem Animal sem pensar na realidade do país como um todo, na necessidade de se criar caminhos para a inclusão. A inclusão dos serviços estaduais e municipais. A inclusão dos pequenos e médios produtores. Sendo a mesma realizada com base técnica e critérios bem

definidos, realizada por servidores públicos com independência de ação, sem conflito de interesses e conferindo proteção efetiva à saúde pública e aos interesses do consumidor.
Como Ministra da Agricultura do Brasil, aproveito este momento para reafirmar o meu compromisso com a inspeção federal, com os servidores do MAPA, com o agronegócio, com a sociedade brasileira e com os nossos produtores rurais, envidando todos os esforços para preservar e dar continuidade à história de sucesso e prosperidade do Serviço de Inspeção Federal.
Não basta a nós sermos um dos melhores do mundo. Nós queremos que o mundo saiba que somos um dos melhores e nós somos. Parabéns a todos os nossos servidores e a todo o Brasil".

Emissão de rótulo de produto de origem animal será mais rápida. João Carlos Rodrigues. Site do MAPA. 24/02/2016.

Medida vai tornar o processo mais ágil para agroindústria
O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou mais uma medida no seu processo de desburocratização da gestão. Decreto da Presidência da República, publicado nesta quarta-feira (24) no Diário Oficial da União, permite a liberação automática da rotulagem de 90% dos produtos de origem animal (carnes, mel, ovos, pescados e derivados), que têm o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).
Isto quer dizer que eventuais alterações no rótulo, na composição e na fabricação do alimento não passarão mais por análise do Mapa caso a caso. Basta que as empresas informem a mudança ao ministério para que o rótulo seja automaticamente liberado. "A responsabilidade será transferida para a empresa. Agora, em vez de aprovar rótulo a rótulo, vamos apenas fazer auditorias para verificar a conformidade, se necessário", disse José Luis Vargas, diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
De acordo com o Vargas, o ministério desenvolverá, em até 90 dias, um sistema para fazer a concessão instantânea do rótulo. A alteração, acrescentou ele, deve simplificar a concessão do registro de cerca de 90% dos produtos de origem animal, que já possuem regulamento técnico específico.
O Mapa aprova, por ano, entre 30 e 35 mil produtos.

Corte profundo no orçamento do seguro. Cristiano Zaia. Valor Econômico. 24/02/2016.

O programa federal de subvenções aos prêmios do seguro rural mais uma vez frustrará os produtores e as seguradoras que atuam no segmento no país. Em comunicado divulgado ontem, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, não só recuou nas promessas que fez de elevar o valor total disponível para R$ 1 bilhão em 2016 como anunciou um corte de R$ 341,6 milhões no montante que parecia garantido. Ao invés dos R$ 741,6 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual 2016 sancionada pela presidente Dilma, o programa contará com R$ 400 milhões.

Segundo o ministério, esse novo corte, que se soma a tantos outros realizados nos últimos anos, deriva do contingenciamento realizado pelo governo, que reduziu o orçamento do Ministério da Agricultura em R$ 553,7 milhões, para R$ 1,483 bilhão. "Vamos fazer o trabalho de acordo com a tarefa que recebemos e cumpriremos a determinação com tranquilidade", diz a ministra em comunicado da Pasta. Antes disso, ao sair de reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária, a ministra preferiu destacar que os produtores de milho safrinha e trigo contariam com R$ 180 milhões para seguro rural este ano.

Com a redução do valor disponível, a área total protegida será de cerca de 6,4 milhões de hectares, e não mais de 13,6 milhões, como projetado inicialmente. O número de apólices chegará a 81,7 mil, não mais a 170,6 mil. Em 2015, quando o programa do seguro também sofreu perdas severas por conta de contingenciamentos, e contou com R$ 282,3 milhões, a área de cobertura foi de 2,9 milhões de hectares e o número de apólices ficou em 40,5 mil.

Diante dessas mudanças, a ministra anunciou também uma alteração na parcela dos prêmios dos seguros que serão subsidiadas pelo governo federal, cuja "banda" passará de entre 40% e 70% para entre 35% a 45%. Com isso, defende o ministério, mais produtores poderão ser contemplados - ou menos produtores não serão, mesmo com o expressivo corte anunciado.

Na prática, é verdade, os R$ 400 milhões que sobraram são exatamente o valor previsto na proposta de orçamento que o Ministério da Agricultura encaminhou ao Planejamento para 2016. Foi ao longo da votação do Orçamento que o Legislativo aprovou, a pedido da Agricultura, uma emenda que permitiu que o programa do seguro passasse a contar com R$ 741,6 milhões. Na época, fontes consultadas pelo**Valor** se mostraram céticas em

relação ao aumento, mas se animaram diante das promessas de que o total ainda poderia chegar a R$ 1 bilhão.

Chuva em excesso e entressafra elevam preços de hortaliças. Camila Souza Ramos. Valor Econômico. 24/02/2016.

Chuvas em excesso em diversas áreas de cultivo de hortaliças no país e a redução sazonal da produção neste início de ano têm elevado os preços nas centrais de abastecimento, contribuindo para pressionar a inflação. Em janeiro, os preços de alface, tomate, batata, cebola e cenoura - que representaram 0,9105 ponto percentual do IPCA do mês - subiram na maior parte das principais Ceasas do país, conforme a Conab.

O tomate, que respondeu por 0,2915 ponto do IPCA de janeiro, chegou a ter alta de 84,6% na Ceasa Grande Rio no mês passado, onde foi negociado em média por R$ 3,85 o quilo. Na Ceagesp, o preço do fruto subiu 21,6%, para um valor médio de R$ 4,50 por quilo.

O aperto na oferta, porém, está sendo revertido em fevereiro, já que as chuvas deram uma trégua nas principais áreas produtoras, permitindo o avanço da colheita. Segundo a Conab, as cotações já recuaram na primeira quinzena do mês.

A batata, que respondeu por 0,2779 ponto percentual do IPCA do mês passado, subiu em cinco das seis principais centrais, com destaque para a alta de 20,5% na de Campinas. As chuvas afetam o volume e a qualidade do produto.

Na Ceagesp, o preço do tubérculo caiu 5,3% no mês passado, e, no início de fevereiro, apresenta retração nas demais centrais.

A cenoura e a cebola, que contribuíram com parcelas menores para a inflação em janeiro, também subiram de forma generalizada, e a perspectiva é que fechem fevereiro com mais uma alta. Ambas têm sido afetadas por chuvas em Santa Catarina.

Com contribuição de 0,1733 ponto no IPCA de janeiro, a cebola avançou 33,9% na Ceasa Grande Vitória, mas ficou quase estável na Ceagesp. Já a cenoura (com 0,0551 ponto de peso no índice) avançou 64,9% na Ceasa Campinas e 57% na Ceagesp.

RORAIMA: Conab doa alimentos para famílias vítimas da estiagem. Site da CONAB. 24/02/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por meio da Superintendência Regional do Amazonas, está disponibilizando 6 mil cestas de alimentos para famílias que

se encontram em situação de insegurança alimentar no estado de Roraima/RR. As cestas vão beneficiar aproximadamente 6 mil famílias afetadas pela estiagem que atinge 13 municípios de Roraima com situação de emergência decretada.

Os itens que compõe as cestas de alimentos doadas pelo governo federal são: arroz, feijão, flocos de milho, farinha de mandioca, açúcar cristal e leite em pó integral. A logística de retirada e distribuição dos alimentos da Unidade Armazenadora de Manaus é de responsabilidade da Coordenação Estadual de Defesa Civil do Estado de Roraima e da Secretaria de Bem Estar Social do Estado de Roraima (Setrabes).

Produtos de origem vegetal vão ganhar selo de inspeção federal. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 24/02/2016.

Hoje apenas alimentos de procedência animal têm SIF

Os produtos de origem vegetal terão um serviço de inspeção federal próprio, anunciou nesta quarta-feira (24) o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luís Eduardo Rangel. A pasta encaminhará projeto de lei para instituir a inspeção de produtos vegetais dentro das fábricas e não apenas do alimento final que chega ao consumidor.

A medida foi anunciada durante evento de comemoração ao centenário do SIF, promovido pelo Mapa. Além de homenagear entidades e fiscais federais agropecuários que fizeram parte da história do serviço, o ministério apresentou um conjunto de ações previstas para 2016 relacionadas à inspeção animal e vegetal. A solenidade ocorreu nesta manhã no Palácio Itamaraty, em Brasília.

Na área vegetal, o Mapa fiscaliza hoje apenas a qualidade do alimento já ofertado ao consumidor e não a forma como ele é produzido, diferentemente dos produtos de origem animal - os quais são inspecionados ainda dentro das fábricas. Com a lei proposta, o ministério poderá avaliar a inocuidade dos produtos ainda dentro das indústrias, como arroz e farinha.

O projeto, segundo o secretário, está sendo amplamente debatido com o setor produtivo e vários órgãos do governo federal e será encaminhado à Casa Civil em maio. O SIF vegetal, afirmou, é um "sonho antigo".

"Com a lei, poderemos nivelar, harmonizar os processos de inspeção que temos hoje", disse Rangel. O secretário esclareceu que a inspeção já é feita tanto na área animal quanto

na vegetal. “O que estamos deficientes é de uma lei à semelhança da que já existe para os produtos de origem animal”, completou.

O Mapa também pretende unificar o símbolo do SIF – tradicional carimbo encontrado em produtos de origem animal inspecionados. Todos os alimentos vegetais aprovados pelo serviço de defesa agropecuária do ministério passarão a receber o símbolo.

“O esforço para garantir a inocuidade dos produtos ocorre para todos, mas os vegetais ainda não têm o símbolo do SIF. É importante que a sociedade veja que, por trás do carimbo, há muito trabalho e ciência, que trazem para a sociedade a certeza de um alimento seguro”, destacou o secretário.

Cronograma

Além do envio do projeto em maio, o Mapa programou outras ações em comemoração ao centenário. Em março, perto da Páscoa, vai lançar um manual de inspeção para identificação de espécies de peixes e folhetos de orientação ao consumidor sobre bacalhau.

Em abril, uma reunião da Comissão Científica de Patologia vai propor modernização de procedimentos de inspeção nos frigoríficos antes e depois do abate. O Mapa ainda vai alterar a Instrução Normativa 27, que trata da habilitação de estabelecimentos para exportação.

Nos meses seguintes, haverá um seminário para discussão sobre a importância do SIF no agronegócio e na segurança do consumidor. Serão publicadas normas de instalações e equipamentos das pequenas agroindústrias de leite, mel, ovos e pescados. E novas centrais de certificação vão ser criadas.

Em outubro, por ocasião do Dia Mundial da Alimentação, o Mapa vai promover campanhas de esclarecimento ao consumidor. No mês seguinte, será realizado um seminário internacional de inspeção de produtos de origem animal.

Bibliotecas rurais beneficiarão cerca de duas mil famílias. Tássia Navarro. Site do MDA. 24/02/2016.

Levar cultura e educação às comunidades do meio rural de todo o Brasil é o objetivo do Programa Arca das Letras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em sua primeira entrega de 2016 o programa traz nova parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), que doarão livros técnicos para compor os acervos ofertados.

Até esta quinta-feira (25), serão entregues 30 bibliotecas rurais para comunidades de 15 municípios na Paraíba - Borborema, Serraria, São Sebastião de Lagoa de Roça, Alhandra, Baia da Traição, Bonito de Santa Fé, Cabedelo do Conde, Caaporã, Cuité do Mamanguape, Remígio, Rio Tinto, Santa Rita, Sapé, Salgado de São Félix e Várzea. Os acervos serão compostos por 153 livros e, além das publicações técnicas, terão romances e livros didáticos. Para atuarem nas bibliotecas serão capacitados 50 agentes de leitura voluntários.

Para a coordenadora do Programa Arca das Letras no MDA, Dione Ferreira, a entrega é importante para difundir a cultura e promover a educação. “Com nossa primeira entrega de 2016, mais comunidades poderão ter acesso à leitura. Essas 30 comunidades contempladas envolvem mais de duas mil famílias. Elas terão a oportunidade de pesquisar, ler um romance, uma crônica. Os estudantes poderão fazer pesquisas escolares e o agricultor poderá ler temas voltados para sua realidade, que são os livros técnicos da Embrapa”, informa.

Das 30 arcas, 14 serão entregues em parceria com a Emater da Paraíba e 16 com a Embrapa.

PNUD comemora 50 anos. Adolfo Brito. Site do MDA. 24/02/2016.

Patrus parabeniza PNUD pelos 50 anos de atuação

Nesta quarta-feira (24), em vários países do mundo foi dado o início das comemorações dos 50 anos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em Brasília, um evento na Casa das Nações Unidas reuniu autoridades para celebrar as bodas de ouro do Programa.

Na abertura do evento, o coordenador residente do Sistema Nações Unidas no Brasil e representante residente do PNUD, Niky Fabiancic, destacou os avanços do Programa no combate à fome. Segundo ele, quando o PNUD foi criado, em 1966, uma em cada três pessoas viviam em situação de pobreza extrema no mundo e hoje uma em cada oito pessoas vivem nessa situação.

Ele salientou que o Brasil teve papel importante para que isso fosse possível. “O Brasil vem contribuindo significantemente para esse avanço”, frisou a falar que o PNUD tem muito orgulho em ter acompanhado e contribuído, nas ultimas décadas, para a transformação da realidade brasileira. “O Brasil pode se orgulhar de ser um país que passou por profundas mudanças em menos de uma geração”, avaliou.

Niky Fabiancic lembrou ainda que entre 1991 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal no Brasil cresceu 47, 5%, subindo da categoria de muito baixo para alto desenvolvimento humano. "Tenho certeza que os brasileiros se orgulham pelo fato da pobreza extrema e a fome terem diminuindo de 2000 a 2012, passando de 25,5% para 3,5%", disse ao destacar que tal feito se deve aos programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria. "Eles foram fundamentais para tirar mais de 40 milhões de pessoas da e criar novas esperanças".

MDA

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, participou do evento. Na sua fala ele realçou os avanços do governo federal nas políticas públicas para os agricultores familiares, além de reforçar a importância da discussão sobre a agroecologia. "Nós precisamos debater sobre o impacto do uso abusivo de agrotóxicos na vida e na saúde das pessoas, e também na vida e saúde do planeta", observou Patrus ao destacar que o MDA trabalha para que sejam produzidos alimentos de qualidade e quantidade que promovam o bem, a saúde e a vida das pessoas, preservando os recursos naturais.

Patrus Ananias disse ainda que o ministério, em parceria com o PNUD, vai promover no segundo semente, um seminário internacional para discutir a questão da terra. "Nós temos ai uma parceria muito vigorosa, no sentido de realizar, no final de agosto e começo de setembro, um simpósio internacional sobre a questão da terra", afirmou ao adiantar que o evento pretende discutir a terra na perspectiva econômica, social e ambiental. "Também vamos discutir a terra no sentido cultural, como espaço de convivência das pessoas, dos nossos antepassados e das gerações futuras".

O ministro Patrus Ananias encerrou seus dizeres, elogiando o trabalho do PNUD ao longo desses 50 anos. "Tudo isso que nós estamos fazendo, nós estamos construindo, têm sido feito com base nos grandes incentivos humanitários que o PNUD vem desenvolvendo no mundo nos últimos 50 anos", reconheceu o ministro. "Então, queria desejar vida longa ao PNUD. Que ele continue sendo esse sinal de vida e esperança para todos nós", concluiu.

PNUD

Fundado em 1966, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é o órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por mandato promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Entre outras atividades, o PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações, bem como executa projetos que contribuam para melhorar essas condições de vida, nos 170 países onde possui representação.

O PNUD é conhecido por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como por ser o organismo internacional que coordena o trabalho das demais agências, fundos e programas das Nações Unidas - conhecidas como Sistema ONU, nos países em que atua.

Juventude rural define prioridades para construção do Plano Nacional. Tássia Navarro. Site do MDA. 25/02/2016.

A busca pelo reconhecimento como sujeito político e de direito reuniu jovens de 23 estados brasileiros, em Brasília, para a criação de um Plano de ações para a juventude do campo. Durante três dias (23 a 25/02), eles participaram da 'Oficina de Diálogo sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural', organizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para discutir e priorizar propostas que integrarão o documento final.

A oficina resultou em duas cartas. Uma delas tem o objetivo de dar visibilidade às questões voltadas à juventude rural de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Para a secretária executiva do MDA, Maria Fernanda Coelho, os documentos trazem um aprofundamento das demandas ao debater valores da sociedade. Ela caracterizou a criação do Plano como um momento histórico.

Maria Fernanda garantiu, ainda, que vai dar atenção especial ao acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Jovem, uma das demandas apresentadas no encontro. "Nós já estamos trabalhando e dando prosseguimento a algumas demandas colocadas, e temos como meta implementar e dar andamento, ainda em 2016, às ações do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural", assegurou.

A criação do Plano gira em torno de cinco eixos: Terra e Território; Trabalho e Renda; Educação do campo; Qualidade de vida; e Participação e Democracia. A previsão é que ele seja lançado juntamente com o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017. De acordo com a assessora de Juventude do MDA, Luiza Dulci, não só o Brasil, mas outros países têm o desafio da sucessão rural. "A gente espera que as pautas fiquem bem definidas, para que possamos caminhar de acordo com o que esperam os jovens", afirmou.

Ao falar sobre sucessão rural e direito à terra, o secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Humberto Oliveira, classificou a demanda dos jovens como prioritária. "Muito me alegra ver que, dentro das demandas da juventude, há um olhar para a política

de desenvolvimento territorial. Estamos trabalhando na elaboração de uma chamada pública especialmente para os jovens", adiantou.

Em resposta à demanda que pede a ampliação da educação no campo, o secretário anunciou, para este ano, o lançamento de uma chamada pública do Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (Proinf) para reequipar as escolas do campo existentes.

Também participaram do evento: representantes das organizações nacionais da agricultura familiar e da reforma agrária, professores - especialistas em juventude e desenvolvimento rural, e representantes do governo.

Jovem tem mais apoio para permanecer no campo. Adolfo Brito. Site do MDA. 25/02/2016.

Foi-se o tempo em que os jovens do campo contavam os dias para deixar o meio rural e ir para a cidade. Hoje, com o acesso à tecnologia e a diversas formas de incentivos que recebem do governo federal, eles preferem ficar na propriedade e dar sequência ao trabalho dos pais. Daiana Benin é um exemplo. Aos 25 anos ela nunca arredou os pés da propriedade da família, que fica no município de Marau (RS). Lá ela nasceu, foi criada, trabalha e pretende ir muito mais longe.

Juntamente com a família, Daiane Benin é produtora de leite e cria aves. Para impulsionar a produção, por meio do programa Mais Alimentos do MDA, ela financiou uma sala de ordenha. Hoje, o serviço que era manual, é feito de forma mecânica com um sistema de leite canalizado que vai direto para o resfriador. Mais higiênico, mais rápido e produtivo. Ao todo foram investidos R$ 45 mil, que serão pagos em dez anos.

Com o investimento, a produção dobrou e, hoje são quase sete mil litros de leite, por ano. A família de Daiane possui 35 cabeças de gado, na propriedade de 40 hectares, onde também plantam milho e soja. Todo leite produzido é comercializado por meio de uma cooperativa. E Daiane quer ir além. "Eu quero crescer na produção de leite", destaca ao falar que até já foi ao banco para se informar a respeito das linhas de crédito que pode acessar. A jovem agricultora conta que nunca se arrependeu de ficar no campo e afirma gostar de uma vida mais tranquila.

Outro, e determinante fator, para ela permanecer no meio rural foi que o pai já está com idade avançada e precisava de ajuda. Segundo Daiana, ele foi o primeiro a incentivar os projetos dela. "Ele achou muito bom. Ele já estava desistindo, pois não ia ter ninguém para tocar as coisas", comenta a jovem ao falar que quando ela decidiu ficar, o pai

resolveu investir mais na produção. “Quando resolvi ficar, ele me incentivou muito e também buscou linhas de crédito, para que a gente pudesse tocar tudo junto”, diz a jovem produtora que planeja, em breve, retomar os estudos e cursar uma faculdade.

Para os jovens que têm dúvidas se permanecem no meio rural, Daiane recomenda que fiquem. “Meu conselho é de que continuem e invistam no campo. É rentável e dá para viver muito bem, e ainda temos acesso a incentivos”, assegura.

Incentivos

Hoje, os jovens que decidem ficar no campo contam com o apoio do governo federal. Desde o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015, eles possuem maior acesso ao crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). O número de operações permitidas aumentou de uma para três. O limite é de até R$ 15 mil por contrato (totalizando R$ 45 mil). Os encargos financeiros são de 1% ao ano, o prazo de pagamento é de até 10 anos e até cinco de carência.

Outro incentivo, é a linha de crédito Nossa Primeira Terra (NPT), do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) . Com juros de 1% ao ano e um prazo de até 35 anos para pagar a terra, a linha é uma alternativa para o acesso à terra. Ela é destinada a jovens, com idade entre 18 e 29 anos, filhos de agricultores familiares e/ou provenientes de escolas agrotécnicas e centros familiares de formação por alternância, que queiram viabilizar o próprio projeto de vida no meio rural.

Além disso, os jovens do meio rural, a partir de 2013, passaram a ter direito a 5% dos lotes da reforma agrária em todo o Brasil. Com isso, o governo assegura, nos assentamentos com vinte lotes ou mais, a permanência (ou o retorno ao campo) de jovens trabalhadores rurais solteiros até 29 anos, residentes ou com origem no meio rural. A juventude rural representa 39% do público da reforma agrária.

Formação agroecológica

Para estimular ainda mais a juventude rural, em 2014, o governo criou o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. A iniciativa reúne diversas ações interministeriais para melhorar a vida dos jovens brasileiros que vivem no campo. Pelo acordo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fica responsável pela Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo, em uma parceria entre

o Ministério e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com ênfase nas regiões Amazônica e Semiárida

---

Governo federal aprimora investimentos do PAA. Site do MDS. 25/02/2016.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos define agenda de trabalho e perspectivas para 2016

Brasília – O governo federal quer que a aplicação dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) seja aprimorada. Para isto, quer reforçar sua atuação onde há maior demanda de mercado pelos agricultores familiares, bem como nas localidades em que o nível de insegurança alimentar e nutricional seja maior.

O assunto foi debatido nesta quinta-feira (25) pelo Grupo Gestor do PAA, que é formado por representantes dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – que coordena o programa –, do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Planejamento, da Fazenda e da Educação, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE).

"Nossa perspectiva para este ano de trabalho é ter uma execução orçamentária plena, como conseguimos em 2015. Queremos aplicar os recursos da maneira mais eficiente possível e com base em uma metodologia mais qualificada", afirma o diretor de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, André Grossi Machado.

"Estamos evoluindo para uma melhor distribuição de recursos do PAA no país", explica o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, João Marcelo Intini. "Essa evolução precisa estar conectada aos locais que carecem de mais esforços em políticas públicas e a metodologia também responde aos órgãos de controle. Tudo isso vai gerar uma aplicação dos recursos onde há mais carência."

Na reunião, também foi apresentado balanço do programa em 2015, ano em que o PAA apresentou uma execução financeira de mais de R$ 580 milhões, beneficiando mais de 95 mil agricultores, e aproximadamente 12 mil entidades e equipamentos públicos de alimentação e nutrição em todo país.

Senado aprova fim da obrigação da Petrobras para explorar todos os blocos do pré-sal. Site do MST. 25/02/2016.

Pela lei atual, a companhia brasileira tinha a obrigação de participar em todos os blocos descobertos com no mínimo 30% de participação.

Empresas interessadas em garantir uma fatia desse petróleo brasileiro precisavam se associar à Petrobras para extrair o óleo. Com a mudança, não terão mais que estar juntas, obrigatoriamente, com a petroleira brasileira em licitações de poços, o que pode tornar mais célere a extração da matéria-prima.

A votação terminou depois de cinco horas, com um placar de 40 votos de senadores favoráveis, e 26 contrários. Houve defesas acaloradas na tribuna do Senado, em especial da bancada do Partido dos Trabalhadores. “Estamos vendendo a Petrobras a preço de banana.

É estratégico para o Brasil continuar como operador único”, reclamou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que viu no projeto o risco do Brasil perder a soberania. “Vale lembrar que as duas últimas grandes espionagens internacionais, levantadas por Julian Assange, e a outra por Edward Snowden, revelavam o grande interesse na Petrobras”, afirmou.

A oposição, por sua vez, trabalhava pela mudança como uma alternativa para tirar a Petrobras da asfixia em que encontra, com um endividamento que supera os 130 bilhões de dólares, além de lidar com as consequências do furacão da Lava Jato. “O projeto retira da Petrobras o ônus de atender obrigações que o caixa dela não aguenta, e lhe dá o bônus de escolher [quando quiser participar de consórcios]”, defendeu o senador Aécio Neves (PSDB-MG). “Não há desenvolvimento sem investimento”, ponderou o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Apesar da posição do partido, o texto aprovado, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), teve apoio da presidenta Dilma Rousseff, que cancelou uma viagem marcada para o Rio de Janeiro nesta quarta-feira a fim de acompanhar a votação e garantir, por exemplo, o papel da presidência na decisão do CNPE. No texto original, do senador José Serra (PSDB-SP), esse papel não estava claro.

A mudança chega quase dois anos depois do início das investigações da operação Lava Jato, que devassou a empresa e quebrou a espinha dorsal de um esquema de corrupção

que desviou bilhões de reais e levou para a prisão (temporária em alguns casos, outras domiciliares) dezenas de executivos, políticos e empresários.

Combalida, a empresa ainda paga a fatura desse sangramento, com a queda do valor da companhia: hoje vale em torno de 70 bilhões de reais, bem menos do que os 86 bilhões em 2014, e muito mais distante dos 510 bilhões que chegou a valer no ápice da empresa, em 2008. Nesta quarta, a agência de risco Moody's rebaixou o perfil de crédito da companhia apontando o alto endividamento como um dos fatores que influenciaram na decisão.

Para o professor Edmilson Coutinho, do Instituto de Energia e Ambiente, da Universidade de São Paulo, a perda de rumo da empresa nos últimos anos já deveria justificar um apoio unânime para a mudança que foi votada hoje. "O que está em questão é muito pouco, nem deveria estar em debate, que é a flexibilização das regras para garantir a independência da Petrobras. Ela deixa de ter obrigação com a exploração e ganha mais independência do Governo", afirma.

No debate dos senadores apareceram questionamentos sobre o destino dos royalties que deveriam estar garantidos para saúde e educação. Vários pontos ficaram ainda em suspenso, que devem ser esclarecidos a partir de agora.

O senador Christovam Buarque (PDT-DF), por exemplo, preferiu se abster da votação que, segundo ele, correu muito rápido sem tempo para que todos os pontos debatidos fossem compreendidos. "Prefiro manifestar meu despreparo do que minha precipitação", afirmou, avaliando que a decisão votada nesta quarta é histórica e portanto não é simples de ser avaliada." É um desafio fundamental entre dinamizar a economia ou proteger um recurso natural."

Ministra anuncia primeiro zoneamento de risco climático para Roraima. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 25/02/2016.

Estudo contempla as culturas de soja e milho e será publicado nas próximas semanas

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) anunciou a liberação do primeiro zoneamento de risco climático do estado de Roraima, em reunião com o senador Romero Jucá (PMDB-RR). O estudo, que compreende as culturas de soja e milho, ajudará os produtores a planejar suas safras.

O zoneamento tem o objetivo de minimizar os riscos relacionados aos fenômenos climáticos e permite a cada município identificar a melhor época de plantio das culturas,

nos diferentes tipos de solo e ciclos de cultivares. A técnica pode ser adotada por produtores rurais e agentes financeiros, por exemplo.

A ministra afirmou que, com o zoneamento, as plantações de soja e milho no estado estarão menos suscetíveis a riscos. Por isso os produtores serão capazes de negociar taxas de juros menores ao contratarem crédito e seguro rural, disse durante reunião com o senador, nesta quarta-feira (24).

"Os produtores poderão tomar seus recursos tranquilamente sem os impedimentos que as instituições financeiras impõem a estados que não têm o zoneamento. Com risco alto, o juro é mais caro", afirmou a ministra, que acrescentou que o senador Jucá vem dedicando atenção especial sobre o assunto junto ao Mapa.

O estudo do zoneamento de Roraima foi realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com o Mapa e deverá ser publicado no Diário Oficial da União nas próximas semanas.

Fiscais agropecuários se emocionam durante comemoração dos 100 anos do Serviço de Inspeção Federal. Fernanda Tallarico. Site do MAPA. 25/02/2016.

Na cerimônia no Itamaraty, os servidores aposentados foram homenageados pelo trabalho realizado no ministério

Para comemorar o centenário do Serviço de Inspeção Federal (SIF), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) homenageou na cerimônia realizada nessa quarta-feira (24), quatro fiscais federais agropecuários que deram importantes contribuições para o serviço de inspeção. O ministério também premiou os estabelecimentos com registro mais antigos nas áreas de carne, pescado, ovos, leite e mel com troféu comemorativo dos 100 anos do SIF.

Na cerimônia, a ministra Kátia Abreu entregou os diplomas de honra ao mérito aos fiscais federais agropecuários que trabalharam no serviço de inspeção federal pela dedicação, iniciativa e atuação, garantindo alimentos seguros para todos os brasileiros. Foi um momento de emoção para os fiscais e para as 300 pessoas que participaram da comemoração. "Estes servidores representam também todos aqueles que dedicaram sua vida profissional ao serviço de inspeção federal", declarou Kátia Abreu.

Célio Faulhaber, médico veterinário e fiscal federal agropecuário aposentado, foi o primeiro a receber a homenagem. Faulhaber iniciou sua carreira no Mapa em Itajaí (SC). Seu trabalho contribuiu para consolidação da inspeção de pescado no Brasil e seu

conhecimento técnico resultou no reconhecimento internacional quando foi eleito como um dos três melhores inspetores de pescado do mundo.

“Servi a instituição que me acolheu profissionalmente com todo meu empenho. Esse centenário representa a história de vida de um serviço que sobrevive e sobreviveu a grandes desafios. Nossa atividade é fundamental para o Brasil e para o mundo”, destacou Célio. “O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal vai viver em mim enquanto eu existir. Nós somos uma família e temos a responsabilidade de garantir e salvaguardar a saúde pública”, disse emocionado.

O servidor fiscal federal agropecuário aposentado, médico veterinário, Djalma Atanásio Santos da Silva, também homenageado, sempre atuou no serviço de inspeção federal. Foi inspetor veterinário, chefe de seção, coordenador e diretor dos serviços de inspeção federal, encerrando suas atividades em 2014. “O DIPOA é uma doutrina. Quem escolhe esta atividade entende o tamanho da responsabilidade que terá”, afirmou. “Sempre trabalhei de corpo e alma no SIF e dei minha vida para garantir que meu trabalho fizesse diferença na saúde pública brasileira”, completou Djalma.

Para o servidor Nilo Coelho de Pinho, receber o diploma de honra ao mérito foi uma homenagem a todos os servidores do Mapa que contribuíram para construção e reconhecimento nacional e internacional do SIF nesses 100 anos. “Os colegas que estão à frente do DIPOA hoje estão aptos a dar continuidade a esse trabalho, mantendo a grandiosidade em favor da sociedade brasileira e da saúde pública desta atividade econômica tão importante para o Brasil”, enfatizou. “Poucos países têm condições de atuar no mercado internacional de proteína animal como o Brasil”, declarou Nilo.

Plínio Vieira Pinheiro, médico veterinário, formado pela Universidade Federal Fluminense, foi aluno da primeira turma do curso e ingressou na vida pública recebendo o primeiro lugar na prova de inspetor de produtos de origem animal. Sua última missão na defesa sanitária animal foi viajar com 450 suínos da raça Landrace, quarentenários na Bélgica, sendo à época, a maior importação de suínos. Concluiu com destaque e êxito sua trajetória na inspeção federal e recebeu seu diploma de honra ao mérito do Mapa aos 98 anos de idade.

Troféu comemorativo

Os estabelecimentos premiados com o troféu comemorativo dos 100 anos do SIF foram:

Leite: Nestlé Brasil - registro mais antigo, datado de 19 de junho de 1935.

Carnes: Cooperativa dos Suinocultores de Caí Superior - registro 459, de 8 de setembro de 1937.

Pescados: Torquato Pontes Pescados - registro 2085, de 5 de janeiro de 1953.

Ovos: Cooperativa Agrícola de Guatapará - registro 1519, de 24 de outubro de 1977.

Mel: Confederação Brasileira de Apicultura.

Para Torquato Ribeiro Pontes Netto, presidente da Toquarto Pontes Pescados, a parceria com o sistema de inspeção federal representou o desenvolvimento da empresa, principalmente na abertura do mercado americano de camarão. "Nossa empresa é pioneira na exportação de camarão e o SIF é a chancela que nos mantém no mercado", destacou Torquato. "Essa parceria entre órgão fiscalizado e órgão fiscalizador é de extrema importância para indústria nacional", enfatizou.

"O SIF representa a força do agronegócio brasileiro e nos permitirá crescer ainda mais com o empenho dos profissionais envolvidos para o fortalecimento do setor de carnes", elogiou Ronei Alberto Lauxen, diretor administrativo da Cooperativa de Suinocultores do Caí Superior.

Adesão ao CAR será condição para acesso ao Crédito Rural a partir de 2017. Site da CNA. 25/02/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) constatou que os proprietários de imóveis rurais, em muitos estados da federação, enfrentam dificuldades técnicas para aderirem ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo para adesão expira no próximo dia 5 de maio. No Nordeste, por exemplo, os pequenos produtores rurais precisam superar obstáculos para cumprimento das exigências legais. Nos nove estados da região, o índice de adesão ao CAR, até agora, é de apenas 37,7%.

Os números mais recentes divulgados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão do Ministério do Meio Ambiente (MMA), mostram que, dos 5,1 milhões de propriedades rurais existentes no país, apenas 2,2 milhões de estabelecimentos já se cadastraram no sistema do CAR, até último mês de janeiro. A CNA alerta que os produtores rurais com passivo ambiental poderão enfrentar problemas nos casos do não cumprimento das normas de proteção da vegetação nativa em Áreas de Proteção Permanente (APPs); de Reserva Legal (RL); e nas Áreas de Uso Restrito (AUR).

A proibição de acesso ao crédito agrícola, dentre outras medidas, deverá acontecer a partir de maio de 2017. "O desafio é realizar em três meses o que deixou de ser feito em um ano e meio", assinala Nelson Ananias, coordenador do Núcleo de Sustentabilidade da CNA.

Exigências legais - No caso das APPs, as normas estabelecem exigências como um mínimo de preservação ambiental, conforme previsto no Programa de Recuperação Ambiental (PRA), que define a forma de recuperação do eventual passivo ambiental, respeitando as características regionais. Já em relação às RLs, a recuperação é obrigatória. No entanto, a legislação permite compensação fora da propriedade ou por meio da flexibilização das formas de recuperação ambiental da área afetada. No que diz respeito às AUR, as normas consolidam as atividades de culturas perenes, pastagens e áreas alagadas.

Com o objetivo de permitir que os proprietários de imóveis rurais possam fazer a adesão ao CAR, com mais facilidade e informações detalhadas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), órgão integrante do sistema CNA, oferece em seu portal de educação a distância (ead.senar.org.br) um curso gratuito, ensinando o passo a passo do CAR. O curso Cadastro Ambiental Rural é livre e pode ser feito por qualquer pessoa com 18 anos de idade ou mais.

Pontos críticos - A legislação que define o CAR, segundo a CNA, é complexa e exige condições que dificultam a declaração, pelo proprietário de imóvel rural. Além disso, existem obstáculos adicionais importantes a serem superados. A situação mais preocupante diz respeito ao acesso à internet, especialmente nas áreas rurais e naqueles municípios onde o acesso é precário devido a problemas de infraestrutura, logística e desenvolvimento tecnológico. Essa situação é mais grave nos estados do Nordeste.

O sucesso do CAR e o cumprimento das metas fixadas pelo no novo Código Florestal, em vigor desde 2012, dependerão do alcance das informações obtidas pelo produtor rural e da remoção dos principais obstáculos para que a declaração seja feita pela internet, especialmente na transmissão dos dados.

Vale lembrar que, segundo a Lei 12.651, (Código Florestal), estabelece que os proprietários de imóveis rurais de até 4 módulos fiscais – cujo tamanho varia de acordo com cada município -, deverão receber auxílio direto dos governos estaduais na captação das coordenadas geográficas. Nesses casos, os produtores rurais deverão se dirigir às secretarias estaduais de Meio Ambiente, ou a órgão correspondente, protocolando solicitação formal de apoio técnico para que possam fazer o cadastramento de sua propriedade.

Entendendo os termos do Código Florestal:

APP – Área de Preservação Permanente: Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade

geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo de espécies de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

UCs - Unidades de Conservação: Espaço territorial e seus recursos ambientais, com objetivos de conservação e limites definidos ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Podem ser de uso sustentável ou proteção integral.

Matas Ciliares: Vegetação que é adjacente ao curso de água e pode fazer parte da APP de curso de água. O termo refere-se ao fato de que ela pode ser tomada como uma espécie de "cílio" que protege os cursos de água.

ARL: Área de Reserva Legal: Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.

Área de Uso Restrito - São os pantanais e planícies pantaneiras, além das áreas com inclinações entre 25° e 45°.

Saiba mais: http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/sites-especiais/cadastro-ambiental-rural-car

---

Corte de verba afetará Conab. Cristiano Zaia. Valor Econômico. 25/02/2016.

A ministra da Agricultura, Kátia Abreu, informou ontem que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) também sofrerá com o contingenciamento orçamentário imposto pelo governo federal na semana passada. Ela não revelou, porém, o tamanho do corte ou as ações da autarquia que serão afetadas.

Também por causa do contingenciamento, na terça-feira o ministério já havia comunicado uma redução de R$ 341,6 milhões no orçamento do programa federal de subvenção aos prêmios do seguro rural, que passou a contar com R$ 400 milhões em 2016. Mesmo assim, a ministra insistiu em dizer, em evento em Brasília, que, no geral, a Pasta não será prejudicada pelos cortes do governo. E que tentará economizar mais com as despesas de custeio.

Mato Grosso do Sul: Conab doa cestas de alimentos para indígenas. Site da CONAB. 25/02/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) disponibilizará, em março, cestas básicas para 1,4 mil famílias indígenas em situação de insegurança alimentar, que vivem nas proximidades do município de Ponta Porã (MS). A ação é uma parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai).

As cestas são compostas por 22 kg de alimentos: 10 kg arroz, 3 kg feijão, 1 kg fubá de milho, 2 lta de óleo de soja, 2 kg de açúcar, 1 kg macarrão, 2 kg farinha de mandioca, 1 kg de leite em pó.

Os alimentos foram obtidos a partir de convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS).

Novas etapas de distribuição de cestas para comunidades indígenas estão previstas para os meses de abril, maio e junho, em parceria com coordenações regionais da Funai em Ponta Porã, Campo Grande e Dourados. Todas as entregas serão feitas pela Superintendência Regional da Conab no Mato Grosso do Sul.

Abertas consultas públicas para mudança nas normas de pequenas agroindústrias de mel e ovos. Priscilla Mendes. Site do MAPA. 25/02/2016.

Mapa vai adequar a legislação para atender à realidade de pequenos produtores

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) abriu nesta quinta-feira (25) consulta pública de 60 dias para que a sociedade envie sugestões ou comentários à proposta que altera normas exigidas a pequenas agroindústrias de mel, ovos de galinha e de codorna e derivados. A pasta vai adequar a legislação atual para dar segurança jurídica aos pequenos agricultores e, ao mesmo tempo, garantir segurança e inocuidade aos alimentos.

As consultas públicas foram publicadas na edição desta quinta-feira do Diário Oficial da União, que também traz as propostas de Instrução Normativa (IN) elaboradas pelo Mapa. O documento estabelece os requisitos de equivalência ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) relativos a estrutura física, dependências e equipamentos das pequenas agroindústrias de mel e ovos.

O principal objetivo é reduzir cobranças incompatíveis com o tamanho da atividade dos estabelecimentos. Hoje, grande parte desses agricultores desenvolve suas atividades

informalmente porque as regras levam em conta apenas a realidade das agroindústrias de maior porte.

Todas as pessoas, órgãos e entidades interessadas têm 60 dias para enviar sugestões ou comentários aos canais de comunicação do Mapa (veja abaixo os endereços). Ao fim do período, a proposta do ministério poderá ser alterada de acordo com as necessidades apontadas pela sociedade.

As mudanças nos requisitos das pequenas agroindústrias de mel e ovos faz parte de uma política do Mapa de desburocratizar e facilitar o trabalho do produtor rural. Outros produtos de origem animal também estão no foco. A consulta pública para os estabelecimentos produtores de leite e derivados se encerrou no último dia 18 e, para os próximos meses, o Mapa planeja contemplar ainda pescados, embutidos e aves.

Requisitos

A proposta do Mapa define como pequeno estabelecimento aquele que recebe para processamento no máximo 2.400 ovos de galinha ou 12 mil ovos de codorna por dia. Para o mel, o limite é de 40 toneladas de mel processados por ano. Em ambos os casos, a agroindústria deve possuir área útil construída de até 250 metros quadrados.

As instruções normativas propostas não abrem mão do rigor sanitário, mas flexibilizam algumas normas para atender à realidade dos pequenos produtores. Determina que os estabelecimentos tenham condições higiênico-sanitárias compatíveis com trabalhos de inspeção sanitária, manipulação de matérias-primas, elaboração de produtos e subprodutos e higienização. Traz ainda, de forma detalhada, exigências em relação às características físicas, condições de temperatura e ventilação e material a ser utilizado em paredes, tetos e pisos.

Mais chuvas sobre os canaviais. Fabiana Batista. Valor Econômico. 26/02/2016.

As cerca de 100 usinas sucroalcooleiras do Centro-Sul que planejam antecipar de abril para março o início da moagem de cana na safra 2016/17 não deverão contar com a ajuda do clima. A formação de uma zona de convergência do Atlântico Sul - fenômeno que favorece a ocorrência de chuvas - tende a trazer para março precipitações acima da média para praticamente todas as principais regiões canavieiras da região.

Os preços remuneradores do açúcar e do etanol, combinados com uma grande disponibilidade de cana no campo, motivam as usinas a tentar iniciar a safra mais cedo. As principais previsões já divulgadas indicam uma moagem de 619 milhões a 635 milhões

de toneladas em 2016/17. E o tamanho final da safra, dependerá, em larga medida, do desempenho da moagem em março.

"Mas as previsões indicam que o mês será bem desfavorável para a colheita da cana", afirma o meteorologista da Somar Meteorologia, Celso Oliveira. De acordo com ele, o clima terá um comportamento parecido com o observado em janeiro, com períodos prolongados de precipitações.

Para a região de Ribeirão Preto, em São Paulo, a Somar prevê de 150 milímetros a 200 mm de chuvas para março, ante uma média histórica de 150 mm. Para Araçatuba, outro polo importante do Estado, também são esperados 150 mm, para uma média histórica de 130 mm.

As regiões canavieiras de Dourados (MS) são outras que deverão receber em março de 150 mm a 200 mm, ante uma média histórica de 135 mm. Em Paranavaí, no noroeste paranaense, a previsão é de 200 mm a 250 mm no próximo mês, bem acima da média histórica de 120 mm.

O meteorologista esclarece que o perfil mais chuvoso de março deste ano não é efeito do El Niño, que está perdendo força, mas da formação da zona de convergência do Atlântico Sul, fenômeno climático que não acontecia há cerca de dois anos no Brasil e que voltou à ativa em janeiro deste ano. Ele se forma a partir de uma combinação de fatores, entre os quais a ocorrência de temperaturas mais quentes do oceano Atlântico na costa brasileira e a inexistência de bloqueios atmosféricos que impeçam a chegada de frentes frias da Argentina no país.

Em abril, conforme a Somar, as precipitações deverão voltar a se aproximar dos padrões históricos - com um pouco mais de chuva que o normal em Minas e em Goiás. Em Ribeirão Preto, deverá chover entre 25 mm e 50 mm, abaixo da média de 60 mm. Para Araçatuba são previstos 50 mm a 75 mm, ante uma média de 60 mm. Precipitações abaixo da média também são previstas para as regiões de Paranavaí e Dourados.

Mais chuvas sobre os canaviais. Fabiana Batista. Site do MAPA. 26/02/2016.

As cerca de 100 usinas sucroalcooleiras do Centro-Sul que planejam antecipar de abril para março o início da moagem de cana na safra 2016/17 não deverão contar com a ajuda do clima. A formação de uma zona de convergência do Atlântico Sul - fenômeno que favorece a ocorrência de chuvas - tende a trazer para março precipitações acima da média para praticamente todas as principais regiões canavieiras da região.

Os preços remuneradores do açúcar e do etanol, combinados com uma grande disponibilidade de cana no campo, motivam as usinas a tentar iniciar a safra mais cedo. As principais previsões já divulgadas indicam uma moagem de 619 milhões a 635 milhões de toneladas em 2016/17. E o tamanho final da safra, dependerá, em larga medida, do desempenho da moagem em março.

"Mas as previsões indicam que o mês será bem desfavorável para a colheita da cana", afirma o meteorologista da Somar Meteorologia, Celso Oliveira. De acordo com ele, o clima terá um comportamento parecido com o observado em janeiro, com períodos prolongados de precipitações.

Para a região de Ribeirão Preto, em São Paulo, a Somar prevê de 150 milímetros a 200 mm de chuvas para março, ante uma média histórica de 150 mm. Para Araçatuba, outro polo importante do Estado, também são esperados 150 mm, para uma média histórica de 130 mm.

As regiões canavieiras de Dourados (MS) são outras que deverão receber em março de 150 mm a 200 mm, ante uma média histórica de 135 mm. Em Paranavaí, no noroeste paranaense, a previsão é de 200 mm a 250 mm no próximo mês, bem acima da média histórica de 120 mm.

O meteorologista esclarece que o perfil mais chuvoso de março deste ano não é efeito do El Niño, que está perdendo força, mas da formação da zona de convergência do Atlântico Sul, fenômeno climático que não acontecia há cerca de dois anos no Brasil e que voltou à ativa em janeiro deste ano. Ele se forma a partir de uma combinação de fatores, entre os quais a ocorrência de temperaturas mais quentes do oceano Atlântico na costa brasileira e a inexistência de bloqueios atmosféricos que impeçam a chegada de frentes frias da Argentina no país.

Em abril, conforme a Somar, as precipitações deverão voltar a se aproximar dos padrões históricos - com um pouco mais de chuva que o normal em Minas e em Goiás. Em Ribeirão Preto, deverá chover entre 25 mm e 50 mm, abaixo da média de 60 mm. Para Araçatuba são previstos 50 mm a 75 mm, ante uma média de 60 mm. Precipitações abaixo da média também são previstas para as regiões de Paranavaí e Dourados.

Conab destina mais 977 toneladas de arroz para a Faixa de Gaza. Site da CONAB. 26/02/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou, nesta sexta-feira (26), mais um leilão de troca de arroz in natura por arroz beneficiado. Ao todo, foram negociadas 977 toneladas do produto que seguirão para a Faixa de Gaza. A ação ocorre no âmbito da Cooperação Humanitária Internacional com o Programa Mundial de Alimentos (PMA). No Brasil, a coordenação é do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e a sua execução cabe à Conab.

Os adquirentes da operação deverão fornecer o arroz beneficiado, ensacado e organizado em containeres de 20 pés. Cabe a eles também acondicionar os containeres dentro do navio que fará o transporte ao destino final, com partida do Porto de Rio Grande (RS). O prazo para a entrega do produto no porto é 18 de abril.

Além disso, é de responsabilidade dos adquirentes as despesas de capatazia, desembaraço alfandegário, emissão de certificados internacionais de qualidade e inspeção exigidos e outras.

Com a operação, a Conab ganha em agilidade pois o arroz já chega pronto para a doação. Em contrapartida, a Companhia oferece quantidade maior do arroz in natura aos vencedores do leilão. Nesta operação, a quantidade a ser recebida pelos adquirentes será de 1,81 mil t.

A doação de estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional é autorizada pela Lei 12.429, de 20 de agosto de 2011.

Sistema CNA/SENAR quer inovar o setor sindical rural. Site da CNA. 26/02/2016.

A palavra da vez para o sindicalismo rural é inovação. E ela vai chegar com ações estruturadas em cinco projetos: regularização, estruturação, atuação, comunicação e a parceria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Um grupo de trabalho, com representantes do SENAR, das Federações da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e da Bahia (FAEB) e consultores contratados, está reunido nesta quinta (25) e sexta-feira (26), na sede do Sistema CNA/SENAR, em Brasília, para definir as metas, prazos e recursos necessários para a construção de um sindicalismo rural mais forte.

“Nós fizemos uma consulta geral nas Federações, Administrações Regionais e Sindicatos Rurais e chegamos a esses cinco projetos. Nossa ideia é pensar ações mais arrojadas com intuito de inovar nosso setor sindical”, explica o coordenador do programa Sindicato Forte do SENAR, Celso Botelho. Segundo ele, a parceria com o SENAR prevê a atualização de instrutores sobre o sistema sindical e a melhoria do processo de mobilização nos estados.

Em relação à regularização sindical, as principais ações são a adequação dos sindicatos às normas do Ministério do Trabalho e Emprego e a atualização dos estatutos conforme a legislação. Está prevista a criação de mais um manual de excelência sindical “Passo a Passo” e o aprimoramento do sistema de cadastro de informações sindicais da CNA.

Sobre a estruturação, a ideia é organizar o Departamento Sindical da CNA para coordenar as ações e programas de evolução, acompanhamento e assessoramento das Federações e Sindicatos, além de implantar o departamento nas Federações que não tem e disponibilizar um sistema para auxiliar a gestão das entidades sindicais.

No projeto voltado à atuação sindical, a novidade será o estímulo ao empreendedorismo e a criação de uma Escola de Gestão Sindical, que ficará responsável pela capacitação e treinamento de dirigentes e funcionários dos sindicatos rurais. “O Sistema quer ampliar a representatividade dos sindicatos e, para isso, é necessário ter colaboradores capacitados para aumentarmos o leque de serviços prestados. Queremos que a Escola de Gestão Sindical seja um centro de excelência”, revela o superintendente da FAEG, Claudinei Antônio Rigonatto, que participa do grupo de trabalho.

Já a comunicação sindical será estratégica. A ideia é criar uma ação nacional que se torne representativa para o setor.

A intenção das entidades envolvidas é colocar em prática os projetos da Inovação Sindical até o fim deste ano.

O Rio Doce azedou. Frei Beto. Carta Maior. 28/02/2016.

As 735 barragens de Minas Gerais são verdadeiras bombas-relógio prestes a detonar a qualquer momento.

Há 377 mil nascentes na Bacia do Rio Doce, que é do tamanho de Portugal. O rio tem 850 km de extensão e dele dependem 3,5 milhões de pessoas. Agora, com o rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, resta um imenso curso de lama que destrói quase

toda forma de vida que encontra pela frente. E a lama continua descendo todos os dias, sem que as autoridades tomem providencias.

As 735 barragens de Minas Gerais são verdadeiras bombas-relógio prestes a detonar a qualquer momento.

O maior desastre ambiental da história do Brasil causou 19 mortes. As casas de 254 famílias foram soterradas por 55 milhões de metros cúbicos de lama (o equivalente a 20 mil piscinas olímpicas cheias de lama). Em torno do rio Doce há 300 mil habitantes sem água limpa para beber, 11 toneladas de peixes mortos, 120 nascentes e mangues soterrados.

Já dizia Hugo Werneck, de quem fui vizinho em Belo Horizonte: "A natureza não precisa de nós. Nós é que precisamos da natureza."

No capitalismo, empresa existe para dar lucros. Mais lucros e menos segurança! Proteção ambiental, investimento em pesquisas e qualidade de vida da população são questões secundárias...

As empresas sofrem pressão dos acionistas para aumentar a produção e vender mais e mais. Foi o que aconteceu com a Samarco/VALE. Já era tempo de aplicar tecnologias de extração de minério a seco, sem utilizar água. Ou reutilizar a água da lavagem, como fazem inúmeras empresas não mineradoras.

Em 2014, a Samarco, controlada pela Vale e a BHP Billiton, anglo-australiana, obteve um lucro líquido de R$ 2,8 bilhões.

O governo brasileiro não tem visão estratégica. Tentou, mas fracassou nesse intento. Em 2007, criou a Secretaria de Assuntos Estratégicos, com status de ministério. Fechou-a em outubro de 2015, sem choro, nem vela, nem fita amarela.

Ainda que a tragédia de Mariana não houvesse ocorrido, a sentença de pena de morte da Bacia do Rio Doce já havia sido decretada pelos municípios que despejam esgoto em suas águas. Outro grave problema é o desmatamento da Mata Atlântica. Hoje, no vale do Rio Doce, a cobertura é de menos de 0,5% de floresta.

Para os governos (municipal, estadual e federal) e a maioria das empresas, preservação ambiental é mera frase de efeito em discursos demagógicos. Falam maravilhas sobre sustentabilidade e compromisso social! Ora, basta conferir quanto, de fato, gasta-se nessa área.

Em Minas, o Sisema (Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) recebe apenas 0,5% do orçamento público. Depois da Secretaria da Fazenda, quem mais arrecada é a do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Mas todo o dinheiro, recolhido pela

Secretaria do Planejamento, vai para outros gastos do Estado, resta no final uma ninharia para a Semad.

A fiscalização nas empresas mineradoras ou é feita com olhos de cego, devido à pressão das empresas e a corrupção dos políticos, ou não é feita por causa da falta de pessoal qualificado, equipamentos, viaturas e pagamento de diárias. Embora o financiamento empresarial de campanhas políticas esteja proibido, por baixo do pano os políticos esperam "uma ajudazinha" das empresas e, por isso, temem ser rigorosos na imposição das leis e na apuração e punição de responsabilidades.

Isso explica por que o Sisema, em apenas um ano, analisou e regulamentou mais de 6 mil processos de licenciamentos ambientais!

Enquanto economia e política não forem ecologizadas, outras tragédias semelhantes poderão ocorrer. A menos que a lei obrigue os diretores de mineradoras a erguer seus luxuosos condomínios à sombra das barragens...

Seca deve prejudicar nova safra de café conilon do ES. Alda do Amaral Rocha. Valor Econômico. 29/02/2016.

Após duas safras com recuo na produção de café conilon, reflexo de problemas climáticos, o Espírito Santo vive a perspectiva de mais um ciclo negativo para a cultura. A escassez de chuvas, que assola o Estado desde 2014, pode prejudicar a produção de café conilon da temporada 2017/18, que só será colhida a partir de abril do ano que vem. O Estado é o maior produtor dessa espécie de café no Brasil.

A razão é que faltou chuva no Estado no período de desenvolvimento das plantas, que ocorre entre os meses de novembro e março. Ainda há um mês para o desenvolvimento, contudo, a escassez de chuvas persiste.

"As plantas não se desenvolveram para dar frutos na florada de 2016", disse Edimilson Calegari, gerente geral da Cooperativa dos Cafeicultores de São Gabriel, em São Gabriel da Palha (Cooabriel), no norte do Estado. A florada acontece entre os meses de julho e outubro. "Vai ter florada, mas vai ser menor", lamenta Calegari. Isso significa menor potencial de produção nos cafezais na safra 2017/18.

Marco Antonio, agrometeorologista da Somar, também chama a atenção para a falta de chuvas no Espírito Santo, que afetou o desenvolvimento dos cafeeiros. "É preciso ver se [a escassez de precipitação] já tem impacto na outra safra", afirma.

Embora "tudo indique" que a próxima safra será afetada pelas adversidades climáticas, Romário Ferrão, coordenador do Programa Cafeicultura do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), pondera que a planta do conilon "tem poder de recuperação bastante agressivo". Segundo ele, diante disso, ainda não é possível quantificar eventual prejuízo para a safra nova. "Temos que esperar para ver como estarão os pés de café depois da colheita [da safra 2016/17]", afirma. Se estiverem com poucas folhas, com pouco vigor, e tiverem registrado pouco crescimento, o potencial de produção será afetado, explica.

O pesquisador acrescenta que houve renovação de cafeeiros nos últimos anos com variedades com maior potencial de produção, mais resistentes e que reagem quando as condições melhoram. "Se chover daqui para frente, [as plantas] podem se recuperar", observa.

O menor volume de chuvas já teve efeitos deletérios para a atual safra de conilon, a 2016/17, do Espírito Santo, que começa a ser colhida no próximo mês de abril.

Pelas estimativas da Cooabriel, maior cooperativa produtora de conilon do país, a colheita no Estado deve ficar entre 6 milhões e 7 milhões de sacas no ciclo 2016/17, queda de 20% a 25% sobre a safra anterior.

A Conab é menos pessimista. Em sua primeira projeção para o atual ciclo, divulgada em janeiro, a autarquia estimou uma produção entre 7,466 milhões e 7,928 milhões de sacas. Segundo a Conab, no ciclo anterior, o Estado colheu 7,761 milhões de sacas.

Calegari afirma que as chuvas ficaram muito abaixo da média no Estado no ano que passou. Segundo ele, a média anual normal de chuvas é de 1.200 a 1.400 milímetros. Em 2015, foram 490 milímetros.

Cerca de 70% das lavouras de conilon do Estado são irrigadas, mas nos meses de outubro e novembro passados passou a haver restrição da água para irrigação em decorrência da seca. Para agravar o quadro, segundo Calegari, a falta de chuvas levou ao surgimento de pragas nos cafezais. "A florada foi boa em 2015, mas com a seca, a florada não pegou, e as pragas atacaram".

O produtor José Carlos Kubit, de Águia Branca, no norte capixaba, tem cafezais irrigados e viu sua produção recuar na atual temporada. Ele não esconde o receio em relação à próxima safra. "A estiagem foi longa, faltou água e 90% das barragens secaram", conta.

Kubit esperava produzir 4 mil sacas de café na safra 2016/17, uma vez que novas plantas entraram em produção em suas propriedades. Mas deve colher entre 2,5 mil e 2,8 mil sacas, abaixo até das 3,8 mil sacas que produziu no ciclo 2015/16.

O que vai acontecer na próxima safra, a 2017/18, ainda é uma incógnita. "Vai depender de quanto durar a estiagem", afirma o cafeicultor, que, apesar da restrição de água, está conseguindo irrigar seus cafezais. Ele avalia que o período para as plantas se recuperarem até a florada é curto.

Risco de chuvas no período de colheita do arábica. Alda do Amaral Rocha. Valor Econômico. 29/02/2016.

O cenário climático é mais favorável para a cultura de café arábica no país na safra 2016/17, mas eventuais efeitos do resfriamento das águas do oceano Pacífico após o enfraquecimento do fenômeno El Niño - a partir da segunda metade do verão - já começam a entrar no radar de meteorologistas e analistas.

De acordo com Marco Antônio dos Santos, agrometeorologista da Somar Meteorologia, atualmente o clima está regular nas regiões de produção de arábica do Brasil, o que estancou perdas que haviam ocorrido por conta da falta de chuvas no período de primavera. Ainda que a previsão seja de menor volume de precipitação a partir de março, Santos não vê risco de estresse hídrico porque as temperaturas também devem cair a partir de março.

Com as chuvas regulares nas regiões de produção, não houve problema de desenvolvimento na lavouras de arábica, segundo Santos. Mas o resfriamento das águas do oceano Pacífico, reflexo do enfraquecimento do El Niño na segunda metade deste verão e no próximo outono, pode provocar chuvas durante o outono e mais ondas de frio, prevê o agrometeorologista.

Chuvas nesse período podem afetar a qualidade do café e também a colheita do grão da safra 2016/17, que começa a partir de maio, no caso do arábica.

Santos afirma que o resfriamento das águas do Pacífico eleva a possibilidade de entrada de massas de ar polar com "mais intensidade e mais amplitude", o que aumenta a probabilidade de geadas no país no inverno. Ele frisa, porém, que se trata de maior.

MPF apura aumento de sacrifícios de equinos infectados com mormo. Cristiano Zaia. Valor Econômico. 29/02/2016.

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília investiga desde o fim do ano passado denúncias de criadores de cavalo de que o Ministério da Agricultura estaria promovendo uma "morte indiscriminada" desses animais no país para combater o mormo. Causada pela bactéria *Burkholderia mallei*, a doença é letal. Não tem cura, manifesta-se por meio de corrimento nasal e nódulos subcutâneos, inclusive nos pulmões, e pode ser transmitida para o homem. Cavalos diagnosticados com mormo têm de ser sacrificados, de acordo com a legislação brasileira.

O ministério nega a acusação. Mas informa que de fato houve um aumento de sacrifícios, derivado da descoberta de um número maior de focos do mal devido à ampliação da fiscalização. Essa fiscalização é uma atribuição dos órgãos sanitários dos Estados. No total, a tropa nacional de cavalos é formada por cerca de 7,5 milhões de animais, que movimentam negócios da ordem de R$ 16 bilhões por ano, de acordo com dados da Câmara Setorial da Equideocultura.

No âmbito das investigações - deflagradas após representação apresentada pela advogada Nívea Cristina Ribeiro de Paula, do escritório Berquó Brom Advogados Associados, em nome de associações de criadores - o MPF também apura se os exames realizados pelo Lanagro de Pernambuco (laboratório do ministério responsável pelos testes de confirmação da doença no Brasil) vêm sendo realizados com as certificações técnicas adequadas. Outros procedimentos adotados pelo ministério ou por órgãos estaduais na identificação da enfermidade também estão na mira do MPF.

É o que indica ofício assinado em dezembro do ano passado pelo procurador substituto Felipe Fritz Braga, da Procuradoria Federal no Distrito Federal, órgão do MPF, e enviado à ministra Kátia Abreu. Em março, o MPF começará a decidir se abrirá ou não inquéritos para aprofundar as investigações. "Estamos em fase de investigação e até agora os órgãos foram provocados a prestar informações", informou o MPF por meio de sua assessoria de imprensa.

Essas "eutanásias" de cavalos, também controladas por autoridades sanitárias dos Estados, despertaram reações contrárias de criadores de equinos, sobretudo dos que tiveram as propriedades interditadas. Alguns passaram a exigir na Justiça o direito de

fazer esses exames em laboratórios que não o Lanagro de Pernambuco, já que a legislação só permite que os testes sejam realizados em laboratoriais públicos.

Sophia Baptista de Oliveira, do Haras Agro Maripá, de Jaguariúna (SP), diz que obteve do ministério o direito de pedir uma contra-prova para uma mula. Ela pediu exames no laboratório alemão Friedrich Lofffler Institut e o resultado foi negativo, contrariando o do Lanagro. Ela teve nove animais sacrificados. O ministério confirmou a incongruência, que pode ter sido motivada por um resultado "falso positivo". Novos exames foram feitos no Lanagro por causa disso, e os resultados bateram com os do instituto alemão.

O diretor do Departamento de Sanidade Animal (DSA) do Ministério da Agricultura, Guilherme Marques, rechaça todas as acusações. Ele argumenta que todos os procedimentos usados pelo Lanagro de Pernambuco são seguros e respaldados por laboratórios internacionais. Segundo o DSA, em 2015 foram realizados 620,3 mil exames, 5% mais que em 2014, e que 297 cavalos foram diagnosticados com mormo - 180 foram sacrificados, mas os demais foram salvos por liminares judiciais.

Ao todo, 270 propriedades em 21 Estados estão interditadas no país por causa da doença - que, conforme a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), é restrita a algumas regiões. Marques diz que, nos últimos anos, o ministério deixou de fiscalizar apenas cavalos de pequenas propriedades. E que, com o aumento de fiscais treinados, os trabalhos melhoraram e passaram a envolver também grandes haras, jóquei-clubes e competições esportivas. "Já eliminamos muitos focos da doença e a tendência, agora, é que o número de casos diminua", afirmou ele.

Em razão da Olimpíada no Rio, o ministério também tem adotado precauções extras, principalmente nos arredores do complexo hípico de Deodoro, que receberá as provas de hipismo dos jogos. Recentemente 568 animais do Exército e da Polícia Militar do Rio foram isolados para exames. Três deles foram sacrificados e os demais foram liberados.

MPF investiga o sacrifício de cavalos. Cristiano Zaia. Site do MAPA. 29/02/2016.

O Ministério Público Federal investiga denúncias de criadores de cavalos de que o Ministério da Agricultura estaria promovendo um abate indiscriminado de animais para combater o mormo. Causada pela bactéria*Burkholderia mallei*, a doença não tem cura, manifesta-se por meio de corrimento nasal e nódulos subcutâneos e pode ser transmitida ao homem. Por lei, cavalos com mormo têm de ser sacrificados.

O ministério nega a acusação. Mas admite que houve um aumento de sacrifícios, devido à descoberta de um número maior de focos. No total, a tropa nacional tem 7,5 milhões de

cavalos, que movimentam negócios anuais de R$ 16 bilhões. No ano passado, 297 animais foram diagnosticados com morno e 180, sacrificados. Os demais foram salvos por liminares.

Rede pública consome 2,4 mil toneladas no PR. Martha Funke. Valor Econômico. 29/02/2016.

Com estratégia calcada no desenvolvimento de uma ferramenta eletrônica, o Paraná pode ser considerado o exemplo mais avançado de inclusão de alimentos orgânicos na merenda escolar. Para atender as compras que atendem diariamente 1,2 milhão de alunos de 399 municípios, o estado empenhou seis meses no desenvolvimento de um sistema onde são incluídos dados das chamadas públicas, detalhando desde o cadastro dos potenciais fornecedores até quais produtos devem ser fornecidos a quais unidades de quais municípios.

A plataforma viabilizou a aquisição de produtos da agricultura familiar de forma mais ágil do que os processos manuais. Hoje, metade dos alimentos consumidos pela rede são provenientes da agricultura familiar. Os orgânicos também avançaram. Em 2011, quando foi lançada a solução eletrônica, foram 9 toneladas. No ano passado, 2.414 toneladas. O número de cooperativas fornecedoras passou de dez para 19, o de municípios subiu de 69 para 80 e o número de escolas chegou a 933 no ano passado, contra as 456 atendidas com orgânicos quatro anos antes.

A base foi a evolução do relacionamento com a agricultura familiar, que no ano passado atendeu 2521 escolas. Em 2014, o segmento absorveu 51,15% dos R$ 70 milhões de reais repassados pelo governo federal, distribuídos para cerca de 22 mil agricultores, que forneceram 13,4 mil toneladas de alimentos. Em 2011, haviam sido contratadas 46 cooperativas. No ano passado, foram 132. "A grande sacada foi criar uma plataforma que permitisse a inclusão", diz Márcia Cristina Stolarski, da diretoria de Infraestrutura e Logística da Secretaria Estadual de Educação.

A premissa foi considerar que, apesar de organizados em cooperativas e associações, o público fornecedor seria composto por pessoas mais simples, o que exigiria uma ferramenta completa, mas clara o suficiente para permitir a participação de todos. A solução inclui todos os critérios preconizados pela lei, como a priorização de produtores locais, assentados, de populações tradicionais e orgânicos, e fornece todas as informações necessárias a cada vez que é aberto o período de credenciamento.

Outra sacada foi flexibilizar alguns critérios objetivos para as compras. Ao invés de solicitar produtos como, digamos, cenoura AA, foram levados em conta critérios nutricionais para definição de grupos de alimentos, como folhosas, legumes e frutas. No ano passado, foram 12 grupos - frutas; sucos; complementos; hortaliças; temperos e sementes; legumes; tubérculos; leite, iogurte e similares; carne e ovos; panificados; cereais; e feijões.

Cada grupo engloba uma lista de alimentos cuja entrega pode ser ajustada de acordo com a realidade da produção. "Se o produtor precisa informar que vai entregar determinada fruta, em determinado mês, fica sujeito a falhas. O tempo pode não colaborar, por exemplo", diz

A definição por grupos permite a substituição de um determinado produto por outro, caso necessário. O sistema define também a necessidade de fechar uma entrega em todo o município, com exceção dos maiores, para garantir o atendimento a zonas rurais.

Além do sistema, Márcia Cristina atribui como fator de sucesso a capacitação dos produtores. Primeiro, para conhecerem a proposta. Depois, para sensibilização em relação ao processo, com informações como com quem eles teriam contato, como seria feito os contratos e os pagamentos. Este ano, a chamada pública que será aberta nos próximos meses recebeu apoio até de vídeo no YouTube.

Construindo o Indicador de Gestão Social para os Territórios. Site do MDA. 29/02/2016.

Técnicos da SDT e professores universitários debatem metodologia para implantação de Índice de Gestão Social

Apurar dados e informações que vão permitir acompanhar e avaliar a Gestão Social nos Territórios Rurais brasileiros. Para isso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário está desenvolvendo, em parceria com professores universitários, um levantamento.

Em reunião, realizada na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), o Grupo de Trabalho avaliou o pré-teste que permitirá a adequação da metodologia de aplicação no conjunto dos territórios. "O Índice de Gestão Social (IGS) vai permitir identificar a situação das articulações entre a sociedade civil e o poder público, além de avaliar a situação de funcionamento dos Colegiados Territoriais, instância responsável pela gestão social do território", explica Betty Rocha, coordenadora de Gestão do Conhecimento, da SDT, e responsável pelo projeto na Secretaria. O IGS vai analisar

questões relacionadas à participação e mobilização; ao funcionamento do Colegiado como governança; aos impactos do seu funcionamento; e à implementação dos projetos.
A metodologia para a aplicação do Índice de Gestão Social (IGS) vem sendo discutida com professores das universidades federais de Campina Grande (UFCG), do Pará (UFPA), do Rio Grande do Sul (UFRGS), do Tocantins (UFT), de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Brasília (UNB).

Instrumento de Coleta de Dados

O questionário será a base dos dados que serão tabulados e sistematizados num sistema operacional que permitirá o cruzamento das informações procedentes dos Colegiados Territoriais. A metodologia prevê a realização de um Censo com os representantes da sociedade civil e do poder público que integram os Colegiados Territoriais. "São esses atores que nos fornecerão subsídios para avaliar o processo de aprendizagem adquirido pelo Colegiado, sua capacidade de definir, negociar, avaliar e implementar projetos, pois eles têm um papel estruturante no território e na consolidação do desenvolvimento territorial. São eles que articulam a gestão e o controle social no âmbito dos Colegiados e, portanto, o seu protagonismo é fundamental para a execução e efetivação de políticas públicas nos territórios rurais", explica Betty.
Os eixos que vão estruturar as perguntas para compor o Indicador estão divididos em: participação e mobilização; funcionamento do Colegiado como estrutura de governança; e impactos do seu funcionamento. A partir das respostas ao questionário pelos atores locais, o sistema consolidará os dados e produzirá resultados que permitirão um diagnóstico e o cruzamento desses dados. Isso vai permitir um conhecimento mais aprofundado sobre o Território Rural.

Mais controle social

O secretário de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Humberto Oliveira, avalia que esse indicador vai aprofundar o debate sobre os instrumentos de controle social e o monitoramento das ações por parte do Ministério. "O indicador vai promover e fortalecer a gestão e o controle social das políticas públicas nos territórios rurais, além de oferecer às áreas do MDA uma ferramenta de acompanhamento da execução das ações públicas atualizadas e permanentemente".
O IGS também vai permitir identificar a capacidade do Colegiado em acompanhar e fiscalizar as políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento rural no território. A partir

dos dados, será possível avaliar o processo de aprendizagem dos agentes sociais e sua capacidade de definir, mediar e avaliar o andamento dos projetos no Território de forma intersetorial.

Autonomia e governança

Outro objetivo do Índice é captar o nível de autonomia e capacidade dos Colegiados para a gestão social. Uma das preocupações da política territorial do MDA é incentivar o exercício de governança dos cidadãos com os diversos atores das esferas públicas federal, estadual e local. "A partir da análise dos microdados, será possível proceder uma avaliação dos serviços institucionais disponíveis. Um dos resultados significativos do IGS é a sua capacidade de captar informações sobre a estrutura de governança dos territórios, para além da mobilização e participação. Isto permitirá, por exemplo, avaliar o nível de autonomia dos Colegiados Territoriais", observa Betty.

A próxima etapa do Grupo de Trabalho, depois dos encontros nos dias 25 e 26 de fevereiro, será a finalização dos ajustes ao questionário para dar início à fase de montagem do sistema e treinamento para aplicação do questionário. A previsão de saída a campo para a coleta dos dados em todos os 241 Territórios Rurais é o final do primeiro semestre de 2016.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

opa Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa